UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES

**Atores empresariais e sustentabilidade:
no jogo político entre econômico, social e ambiental**

São Paulo
2019

MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES

**Atores empresariais e sustentabilidade:
no jogo político entre econômico, social e ambiental**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 11 de junho de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Análise de políticas públicas

Orientadora:

Profa. Dra. Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Moraes, Marcela Oliveira Scotti de

Atores empresariais e sustentabilidade: no jogo político entre econômico, social e ambiental / Marcela Oliveira Scotti de Moraes ; orientadora, Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça. – 2019
84 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Política ambiental - Brasil - Aspectos políticos. 3. Sustentabilidade - Aspectos institucionais. 4. Empresas - Aspectos ambientais; Aspectos político-sócioeconômicos. I. Mendonça, Patrícia Maria Emerenciano de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 320.60981

Nome: MORAES, Marcela Oliveira Scotti de

Título: Atores empresariais e sustentabilidade: no jogo político entre econômico, social e ambiental

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas

Área de Concentração:
Análise de políticas públicas

Aprovado em: 11 / junho / 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armino dos Santos de Sousa Teodósio
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Administração

Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Profa. Dra. Andrea Leite Rodrigues
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Agradecimentos

Agradeço à Ana, pelo incentivo e apoio desde a elaboração do projeto. À minha filha, Nina, que resistiu às ausências, sempre dizendo “você vai conseguir!”. Ao Leo, pela parceria. A toda minha família, aos amigos e colegas de jornada, que me apoiaram (mãe, pai, Fê, Fabio, Wanda, David, Mari, Chico, Regina, Michelle, Carol, Rafa, Zé, Lucas, Samantha, Amanda, Mari Marchina, Mari Young, Andrea, Fefa, Reka, Elda).

Agradeço à minha orientadora, Patrícia, pela oportunidade, motivação e direção. A todos os professores e colegas com quem tive a honra de conviver nestes dois anos na EACH/USP, tanto nas disciplinas de Gestão de Políticas Públicas, quanto de Sustentabilidade (Andrea, Renata, Cecília, Fernando, Vaz, Úrsula, Sylmara, Alexandre e Tania). Agradeço aos membros da banca examinadora.

Agradeço aos que se disponibilizaram para conversas, desde o início do mestrado (Maristela Bernardo, Adriana Ramos, Alfredo Sirkis, Eduardo Viola, Ricardo Abramovay, João Paulo Capobianco, Ricardo Young, Oded Grajew, Hélio Mattar, Guilherme Leal e Marussia Whately).

RESUMO

MORAES, Marcela Oliveira Scotti de. **Atores empresariais e sustentabilidade**: no jogo político entre econômico, social e ambiental. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

O objetivo deste estudo é analisar o envolvimento de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade no Brasil. O foco da pesquisa foi sobre a trajetória de um grupo de atores empresariais na criação de cinco organizações: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS); Instituto Akatu pelo Consumo Consciente (AKATU); Instituto São Paulo Sustentável (ISPS); Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS). A pesquisa descreve como estes atores empresariais iniciaram sua atuação coletiva e política em torno de uma agenda econômica e da ideia de um pacto social, passando, por meio das organizações analisadas a incorporar a agenda da sustentabilidade como estratégia de ação. O estudo aponta como diferentes contornos dados à agenda da sustentabilidade nas organizações analisadas permitiram induzir a cooperação de atores sociais ligados a setores distintos, incluindo empresas, ONGs e lideranças políticas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável.

Organizações empresariais. Empresas. Teoria de campos.
Políticas públicas.

ABSTRACT

MORAES, Marcela Oliveira Scotti de. **Business actors and sustainability**: in the political game between economic, social and environmental. 2019. 84 f. Dissertation (Master of Science) – School Of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

The objective of this study is to analyze the involvement of business actors in the sustainability agenda in Brazil. The focus of the research was on the trajectory of a group of business actors in the creation of five organizations: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS); Instituto Akatu pelo Consumo Consciente (AKATU); Instituto São Paulo Sustentável (ISPS); Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); and Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS). The research describes how these corporate actors began their collective and political actions around an economic agenda as well as the idea of a social pact, incorporating the sustainability agenda as an action strategy. The study points out how different outlines given to the sustainability agenda in the analyzed organizations helped to induce the cooperation of social actors linked to different sectors, including companies, NGOs and political leaders.

Keywords: Sustainability. Sustainable development.
Business organizations. Companies. Theory of fields.
Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKATU	Instituto Akatu pelo Consumo Consciente
BSR	<i>Business for Social Responsibility</i>
CEBDES	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEDIN	Centro de Direito Internacional
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV CPDOC	Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FGVces	Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Instituto Democracia e Sustentabilidade
IEC	Iniciativa Empresarial pelo Clima
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPS	Instituto São Paulo Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU BR	Organização das Nações Unidas no Brasil
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAPS	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
Rio-92	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente
Rio+20	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
REDE	Rede Sustentabilidade
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	12
3 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS	14
3.1 Teoria de campos e habilidade social	14
3.2 A sustentabilidade nos debates internacionais e na economia	17
4 ANTECEDENTES: FORMAÇÃO DE DIFERENTES CAMPOS POLÍTICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO	27
4.1 Agenda ambiental no Brasil: encontro entre ativismo global e local	27
4.2 Um campo em torno da agenda econômica e de um novo pacto social	32
5 O ENVOLVIMENTO DE ATORES EMPRESARIAIS COM A AGENDA DA SUSTENTABILIDADE	38
5.1 Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	39
5.2 Instituto Akatu pelo Consumo Consciente	50
5.3 Instituto São Paulo Sustentável	54
5.4 Instituto Democracia e Sustentabilidade	58
5.5 Rede de Ação Política pela Sustentabilidade	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

“Como se constrói o envolvimento político de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade no Brasil?” Eis a pergunta que orientou primordialmente a elaboração desta pesquisa.

Nas últimas décadas, o debate sobre desenvolvimento sustentável ganhou visibilidade no Brasil e no mundo. O crescimento econômico sem limites foi colocado em xeque no momento em que a necessidade de preservação ambiental e, em especial, de preservação da biocapacidade dos ecossistemas, se tornou incontornável, como condição para a não abreviação da existência humana no planeta. Contribuir para o entendimento dos desafios práticos da construção de um projeto de desenvolvimento que tenha a sustentabilidade como eixo central foi a primeira motivação para a realização deste estudo.

Deve-se registrar que o surgimento no país de uma agenda internacional relacionada à sustentabilidade foi fortemente impulsionado pelas Nações Unidas. Os conflitos entre processo de desenvolvimento e limites ambientais, foram objeto de conferências internacionais e resultaram em acordos e ações em busca de um “desenvolvimento sustentável”. Portanto, busca-se com esta pesquisa, também, ampliar a compreensão sobre o campo de ações que se constrói sob o guarda-chuva da sustentabilidade, investigando a atuação de atores empresariais.

Inicialmente, os principais atores envolvidos no debate sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil eram representantes governamentais e ativistas ligados a pautas ambientais e sociais. Esses atores participaram ativamente da Rio-92, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Naquele momento, ainda não se manifestava a presença organizada de representantes do meio empresarial na discussão.

Situação diferente ocorreu durante a realização da Rio+20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que também aconteceu no Rio de Janeiro, em 2012 – 20 anos depois da Rio-92. Um dos principais temas discutidos na conferência foi a “economia verde”, agenda associada à ideia de ecoeficiência e ao uso de novas tecnologias na produção de bens e serviços. Nesse encontro, a agenda econômica atraiu grande participação de grupos empresariais, que já haviam se apropriados dos debates sobre sustentabilidade. A economia verde

gerou significativa resistência à abordagem proposta pelas Nações Unidas por parte de governos de países em desenvolvimento e organizações da sociedade civil. Um dos marcos simbólicos do conflito em torno dessa agenda foi a realização de uma “marcha contra a economia verde”, da qual participaram milhares de pessoas, durante a Rio+20.

O que mudou entre 1992 e 2012? Como atores empresariais passaram a disputar o protagonismo do debate sobre sustentabilidade? Nesse período, houve uma crescente atuação empresarial na pauta ambiental, em um primeiro momento na perspectiva da responsabilidade social, e, posteriormente, com a incorporação da gestão ambiental no centro das estratégias de negócios.

No Brasil, um grupo de atores empresariais ganhou destaque por atuar na agenda da sustentabilidade a partir do final dos anos 1990. Ele foi responsável pela criação de uma série de organizações: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS); Instituto Akatu pelo Consumo Consciente (AKATU); Instituto São Paulo Sustentável (ISPS) – ligado ao Movimento Nossa São Paulo; Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).

Este estudo se concentrou na análise da trajetória de atores empresariais ativos nas cinco diferentes organizações mencionadas. A seleção deste grupo de atores se deu em razão da influência exercida sobre políticas públicas e da relação que estabeleceram com partidos e lideranças políticas. Se o recorte abrangente, com a análise de cinco organizações dificulta, por um lado, o aprofundamento da investigação de cada organização específica, por outro, nos permite uma visão panorâmica sobre a dinâmica que se imprimiu, com diferentes contornos sobre a agenda da sustentabilidade e como se relacionam com mudanças nas estratégias de ação destes atores.

A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. A análise baseou-se no arcabouço da teoria de campos, formulada por Neil Fligstein, e seu modelo de ação embasado na habilidade social. A abordagem convida a uma análise de ordens sociais locais, com foco em atores coletivos, nas regras e recursos disponíveis, nas relações entre campos e dentro de um só campo. Para isso foram estabelecidos dois eixos de análise: (i) como os atores empresariais estudados induziram a cooperação em espaços de organização

coletiva e participação política, e quais as tensões experimentadas nesse processo, e (ii) como a agenda da sustentabilidade aparece nesses espaços.

Além deste capítulo introdutório, a dissertação compreende outros cinco capítulos. O capítulo 2 descreve a metodologia utilizada na pesquisa. O capítulo 3 traz referências teóricas e históricas que subsidiaram a análise dos atores e organizações estudados. O item 3.1 destaca alguns aspectos centrais da teoria de campos de Neil Fligstein, como citado, principal arcabouço teórico utilizado. O item 3.2, por sua vez, procede uma revisão histórica e conceitual da discussão sobre sustentabilidade, à luz de diferentes autores, em especial da área econômica. O capítulo 4 recupera o momento em que as discussões sobre sustentabilidade iniciam no Brasil, demonstrando que, enquanto o movimento ambientalista se articulava, os atores empresariais em estudo ainda não tinham este tema como centro de atenção, seu foco era a relação entre Estado e economia e a criação de um novo pacto social. O capítulo 5 analisa a atuação das cinco organizações citadas anteriormente (ETHOS, AKATU, ISPS, IDS e RAPS), tendo em vista levantar como aparece a agenda da sustentabilidade nestas organizações. O sexto e último capítulo, traz algumas considerações finais, sintetizando as mudanças estratégicas que estas organizações representam na atuação dos atores empresariais estudados e como, por meio delas, estes atores conseguem mobilizar e influenciar diferentes setores sociais, incluindo empresas, ONGs e lideranças políticas.

Uma questão pertinente é “por que estudar o envolvimento de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade em um mestrado em Gestão de Políticas Públicas?” A Gestão de Políticas Públicas lida diretamente com os campos de forças que cooperam e disputam interesses na sociedade. Os empresários são protagonistas de processos econômicos e seus interesses refletem na forma como as políticas públicas são formuladas, seja para fomentar ou regular. Desta forma, faz-se fundamental entender melhor sua organização, suas agendas e sua interação com o processo democrático, com a política e com o Estado. Além disso, a agenda da sustentabilidade envolve, necessariamente, um olhar transversal a diversas políticas públicas.

2 METODOLOGIA

A escolha do tema da pesquisa, qual seja o envolvimento de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade, se deu pelo importante papel que passaram a desempenhar na construção dessa agenda no Brasil. O foco se deu sobre a trajetória dos atores empresariais que lideraram a criação de diversas organizações que atuaram na agenda da sustentabilidade: Instituto Ethos, Instituto Akatu, Instituto São Paulo Sustentável, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS). A principal razão dessa escolha é o interesse em compreender melhor a relação que eles estabeleceram com a política, já que tal trajetória inclui a influência sobre políticas públicas, a relação com lideranças e partidos políticos.

Para a análise dos dados empíricos da pesquisa, consideramos adequada a abordagem sobre a teoria de campos e seu modelo de ação baseado na ideia de habilidade social, formulada por Neil Fligstein. Essa abordagem permite entender contribuições distintas, independentemente de estarem defendendo um conjunto existente de arranjos. O cerne é a visão interacionista simbólica da ação, ao mesmo tempo, estratégica e baseada em fornecer identidades coletivas como motivação para a ação. Os atores estratégicos hábeis encontram formas de induzir grupos muito diferentes a cooperar, colocando-se na posição dos outros e criando significados que exercem apelo a um grande número de agentes.

Foram estabelecidos dois eixos de análise: (i) como a agenda da sustentabilidade aparece nos espaços de organização coletiva e participação política liderados por atores empresariais; (ii) como esses atores induzem a cooperação nesses espaços, e quais as tensões experimentadas nesse processo.

Para uma maior compreensão sobre diferentes recortes dados à agenda da sustentabilidade, foi realizada uma revisão bibliográfica. Nela, foi feito um levantamento de informações sobre o debate da sustentabilidade na agenda internacional, em especial nas discussões das conferências das nações unidas relacionadas ao tema do desenvolvimento sustentável. Também foram levantadas diferentes perspectivas sobre a relação entre economia e sustentabilidade. O objetivo desse levantamento era subsidiar a análise dos dados empíricos a respeito da atuação dos atores empresariais e das organizações estudadas.

O levantamento de informações sobre os atores empresariais e organizações em que atuam se deu com base na realização de pesquisa documental (incluindo relatórios, atas de reuniões, artigos de jornais e revistas) e entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas seis entrevistas, descritas na tabela a seguir:

Quadro 1: Entrevistados na pesquisa

Entrevista	Perfil do entrevistado	Data da entrevista	Duração
1	Ator ligado à universidade	14/11/2018	1h16m
2	Ator empresarial	22/11/2018	1h21m
3	Ator empresarial	26/11/2018	1h05m
4	Ator ligado ao movimento socioambiental	28/11/2018	1h58m
5	Ator empresarial	03/12/2018	1h08m
6	Ator empresarial	06/12/2018	1h15m

Fonte: Elaboração própria

Importante pontuar minha relação com o objeto de estudo. Estive envolvida em alguns dos momentos e organizações estudados: participei da campanha de Marina Silva e Guilherme Leal, em 2010, trabalhei na área de projetos do Instituto Democracia e Sustentabilidade, em 2012, e participei do processo de criação do partido Rede Sustentabilidade, em 2013. A escolha do objeto de estudo se deu pelo interesse em aprofundar o conhecimento no que concerne ao acúmulo no debate sobre a criação de um novo modelo de desenvolvimento que tenha a sustentabilidade como eixo central. Sou formada em Direito e a escolha pelo programa de Gestão de Políticas Públicas aconteceu em razão de esse debate abarcar, necessariamente, uma abordagem transversal a diversas políticas públicas.

3 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS

3.1 Teoria de campos e habilidade social

Para a análise dos dados empíricos da pesquisa, consideramos adequada a teoria de campos e seu modelo de ação baseado na ideia de habilidade social, formulada por Neil Fligstein, sociólogo americano da corrente de pensamento da Nova Sociologia Econômica. Essa teoria, será, portanto, o principal quadro conceitual a que recorreremos.

No artigo “*Social skill and the theory of fields*”, Fligstein (2007) ressalta a importância do debate sobre como as instituições surgem, permanecem estáveis e se transformam, para as ciências sociais. Segundo o autor, a teoria sociológica clássica explica a reprodução e a mudança sociais pela estrutura social, transformando as pessoas em agentes da estrutura. Ainda segundo o autor, teorias mais recentes trouxeram para o debate acadêmico o papel independente dos agentes nesse processo de reprodução e mudança.

Por outro lado, as teorias neo-institucionais teriam como ponto comum o interesse na construção de ordens sociais locais, chamadas de “campos”, “arenas” ou “jogos”. Os campos se referem a situações nas quais grupos organizados se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face. Os neo-institucionalistas estariam interessados na forma como os campos surgem, permanecem estáveis e se transformam.

As instituições são regras e significados compartilhados que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nessas relações e orientam a interação ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros. A produção de regras em determinado campo trata do processo de institucionalização.

O autor ressalta que os campos atuam para ajudar a reproduzir o poder e o privilégio dos grupos dominantes e definir as posições dos desafiantes. Uma das questões analisadas por aqueles que adotam a abordagem da teoria de campos seria como grupos específicos chegam a definir um domínio social. Dessa forma, seria possível compreender a reprodução de estruturas sociais existentes. Enquanto os grupos dominantes buscam reproduzir sua posição, os desafiantes tentam explorar as oportunidades apresentadas a eles na interação e por crises geradas.

Essas crises poderiam se originar nas relações entre grupos em um campo específico ou derivar de outros campos.

Qualquer campo está incorporado em um ambiente mais amplo, interagindo com outros mais próximos ou mais distantes, formando uma rede complexa. Esse ambiente mais amplo costuma ser responsável pelas oportunidades e desafios a ser enfrentados. Essa abordagem permite observar ordens específicas, determinar quais forças externas a um campo em particular estão em funcionamento e teorizar mais claramente sobre a ligação entre esses campos.

Ainda no mesmo artigo, Fligstein critica o modelo de ação das teorias neo-institucionalistas, tanto na abordagem da escolha racional, quanto dos institucionalistas sociológicos, já que, segundo o autor, nenhuma delas concederia às pessoas reais a possibilidade de criar seus mundos sociais. A escolha racional sugere que as instituições são o resultado das interações de atores racionais individuais em situações semelhantes a jogos que têm regras e recursos fixos. O autor reconhece que os atores, de fato, buscam seus interesses e se envolvem agressivamente em interações estratégicas, mas afirma que seu comportamento estratégico é voltado para grupos, por isso deve ser socializado. Os institucionalistas sociológicos entendem que os mundos sociais são obscuros e requerem interpretações, e que, neles, as ações impressas podem ou não ter consequências, não sendo possível prever resultados, como na analogia com os jogos. Os atores utilizariam roteiros prontamente disponíveis para estruturar suas interações. A crítica a essa abordagem é que os atores são transformados em receptores passivos das instituições, tornando-se “incompetentes” culturais.

Um novo modelo de ação é proposto, chamado de habilidade social, cujo conceito está posto da seguinte maneira:

A ideia de habilidade social é que os atores precisam induzir a cooperação dos outros. A habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução das ordens locais. (FLIGSTEIN, 2007, p. 62)

A habilidade social funcionaria como uma microestrutura para compreender as atuações nos campos.

Algumas pessoas teriam maior habilidade social do que outras, ou seja, teriam maior capacidade de induzir a cooperação nos outros. Para a análise

empírica dessa afirmação, primeiramente Fligstein propõe um olhar sobre as principais táticas utilizadas por atores socialmente hábeis. Posteriormente propõe a relação dessas táticas à posição ocupada pelos atores no campo.

Essa abordagem permite entender a contribuição distinta dos atores, independentemente de estarem defendendo ou desafiando um conjunto de arranjos. O cerne é a visão interacionista simbólica da ação, ao mesmo tempo, estratégica e baseada em fornecer atores com identidades coletivas como motivação para a ação. Os atores estratégicos hábeis encontram formas de induzir grupos muito diferentes a cooperar, colocando-se na posição dos outros e criando significados que exercem apelo a um grande número de atores.

Existem dois grupos relevantes com os quais os atores trabalham para obter a cooperação: aqueles de determinado grupo ou organização (membros) e aqueles existentes em outras organizações (o campo). Diversas táticas são utilizadas pelos atores socialmente hábeis para induzir a cooperação de outros atores. São alguns exemplos a autoridade direta (que costuma estar associada a outras táticas), a definição de agenda, a exploração de ambiguidades e incertezas do campo e a intermediação. Outra tática comum seria empreender a crença de que os atores estratégicos não estão no controle.

Buscando oferecer ferramentas conceituais para auxiliar a análise empírica, Fligstein descreve o que é possível esperar que os atores sociais hábeis façam em diferentes condições estruturais de regras estáveis e em diferentes posições no sistema de poder de um campo. Faz então diversas proposições relacionadas às ações para a criação de novos campos, a reprodução social e a transformação dos campos.

Em sua obra *A theory of fields*, publicada em 2012, Fligstein trabalha com sete elementos centrais para entender o funcionamento, as relações e as possibilidades de mudança no ordenamento interno dos campos: campos de ação estratégica; os incumbentes, *challengers* (desafiadores) e unidades de governança; a competência social e as funções existenciais da sociedade; o ambiente de campo mais amplo; choques exógenos, mobilização e o início da contenção; Episódios de contenção e *settlement* (ajustamento).

Fligstein utiliza conceitos de Pierre Bourdieu, a exemplo do conceito de campo e do conceito de “*challengers*”, que consiste em indivíduos que geram risco à estabilidade do poder dos “*first movers*” (Bourdieu) ou dos “*incumbents*” (Fligstein).

O sociólogo americano, no entanto, propõe-se a avançar na explicação e na possibilidade de aplicação da teoria de campos. Uma das diferenças entre as duas abordagens está em um foco mais sistemático em atores coletivos:

Os três principais conceitos de Bordieu são habitus, capital e campos. Quase toda a discussão de Bordieu sobre esses fenômenos é lançada ao nível dos atores individuais que se apresentam nos campos (Bordieu, 1984; Bordieu e Wacquant, 1992). Ele tem poucos relatos de como os atores coletivos funcionam ou como a cooperação e a competição entre os atores coletivos realmente se enquadram [...]. (FLIGSTEIN, 2012)

Dessa forma, a partir dos microfundamentos da habilidade social, o autor sugere que a pesquisa empírica deve se concentrar nos grupos que formam um campo, nas regras e recursos disponíveis aos atores hábeis e seus grupos, nas relações entre os campos e na interpretação das relações internas a um campo. Quando se observa o surgimento ou a transformação de um campo existente, pela teoria dos campos, deve-se identificar quem são os principais atores coletivos, quais são seus recursos e as regras que orientam a possibilidade de ação. A habilidade social implica que, em situações instáveis, alguns atores tentarão elaborar projetos institucionais alternativos para organizar o campo. A meta do analista deve ser identificar os principais projetos possíveis e quem são seus defensores.

Para analisar a atuação dos empresários na agenda da sustentabilidade, utilizaremos elementos da referida teoria e o conceito de habilidade social propostos por Fligstein. Como ponto de partida da pesquisa, buscamos mapear diferentes grupos e atores hábeis envolvidos com a temática.

3.2 A sustentabilidade nos debates internacionais e na economia

O conceito de sustentabilidade é uma construção histórica, que envolve debates teóricos e políticos, convergências e conflitos. Dessa forma, a agenda da sustentabilidade assume diferentes recortes, a depender dos atores envolvidos, de sua compreensão sobre o assunto e dos interesses em jogo. O surgimento de uma agenda internacional relacionada à sustentabilidade está associado aos debates sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, especialmente impulsionados pelas Nações Unidas.

O primeiro encontro internacional sobre o tema foi a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, na Suécia, em um contexto de Guerra Fria. A reunião foi impactada pelo relatório publicado no mesmo ano com o título “Limites do Crescimento”¹, que projetava as consequências do rápido crescimento da população mundial e concluía que, mesmo considerando avanços tecnológicos, o planeta não suportaria a pressão sobre os recursos naturais e energéticos, nem o aumento da poluição. Durante essa conferência, houve um embate, no qual países em desenvolvimento argumentavam que os países desenvolvidos buscavam frear seu desenvolvimento com políticas ambientais, e defendiam seu direito à industrialização (PEREIRA, 2011).

Até o final dos anos 1970, o termo “sustentável” foi usado por comunidades científicas para falar sobre a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, ou seja, absorver tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico (VEIGA, 2010). Ele se consagrou como atributo de “desenvolvimento” com a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, ou Relatório Brundtland, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento², em 1987. O documento assim define a expressão desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

A preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento surgiu nos países desenvolvidos, com foco nos limites ambientais ao progresso econômico. O Relatório Brundtland, contudo, reconhecia a necessidade de um compromisso com questões sociais, por meio de ações de combate à pobreza e redução das desigualdades. É deste documento que deriva a ideia dos três pilares do desenvolvimento sustentável: progresso econômico, equidade social e proteção ambiental (PEREIRA, 2011). A presidente da comissão que elaborou o relatório, Gro

¹O relatório “Limites do Crescimento” foi encomendado pelo Clube de Roma a uma equipe do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), liderada por Dana Meadows. Por isso, ficou conhecido também como Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows. O Clube de Roma foi um grupo fundado em 1966, que reunia pessoas ilustres para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma>. Último acesso em: 02 de mar. de 2019.

²A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada em 1983, por determinação da Assembleia Geral das Nações Unidas para propor estratégias ambientais de longo prazo para um desenvolvimento sustentável, bem como maneiras de promover a cooperação entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social para objetivos comuns. (Nosso Futuro Comum, 1991)

Harlem Brundtland, assim descreve as discussões sobre o escopo dos trabalhos a serem realizados:

Em 1982, quando se discutiam pela primeira vez as atribuições de nossa Comissão, *houve quem desejasse que suas considerações se limitassem apenas a “questões ambientais”*. Isto teria sido um grave erro. O meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos, deu à própria expressão “meio ambiente” uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos. Também a *palavra desenvolvimento* foi empregada por alguns num *sentido muito limitado como “sendo o que as nações pobres deviam fazer para se tornarem mais ricas”*, e por isso passou a ser posta automaticamente de lado por muitos, no plano internacional, como algo atinente a especialistas, àqueles ligados a questões de “assistência ao desenvolvimento.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, grifos meus)

O relatório aponta para a emergência, na década de 1980, de uma preocupação com o aquecimento global, com ameaças à camada de ozônio e com a ampliação de áreas desertas. Com isso, afirma que a questão ambiental deixava de ser um problema dos países ricos para se tornar uma questão de sobrevivência da humanidade, ameaçando também os países em desenvolvimento. Defende a revisão das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas, consideradas insustentáveis, para que fosse garantido o progresso de outras nações e das gerações futuras (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

As recomendações deste relatório levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e ficou conhecida como Rio-92. Esse encontro ocorreu em um contexto diferente do que se apresentava na conferência de Estocolmo. Muitos países em desenvolvimento deixaram de ser ditaduras militares e, com a redemocratização, houve uma significativa ampliação da participação de organizações e movimentos sociais ligados à causa ecológica (PEREIRA, 2011).

A conferência resultou em diversos acordos internacionais, entre eles, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento³, que estabeleceu 27 princípios para o desenvolvimento sustentável. O princípio nº 7 da declaração refere-se às responsabilidades comuns, porém, tais responsabilidades são diferenciadas de acordo com o país a que são atribuídas. Por este princípio, reconhece-se que os

³Além da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Rio-92, foram aprovados também os seguintes acordos: Declaração de Princípios sobre Floresta; Agenda 21; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC); Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB); e Convenção sobre o Combate à Desertificação.

países desenvolvidos têm mais responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente em decorrência de seu processo de desenvolvimento. É reconhecida também a necessidade de os países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, receberem assistência internacional por meio de recursos técnicos e financeiros, para caminharem em direção a um desenvolvimento sustentável (PINHEIRO, 2012).

Os encontros que sucederam a Rio-92 (Rio+5, em Nova Iorque, e Rio+10, em Joanesburgo), constataram baixo grau de implementação dos acordos assumidos. Em 2008, em meio à deflagração de uma crise financeira internacional, associada ao agravamento da crise ambiental, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou a Iniciativa Economia Verde (ou *Green Economy Initiative*, em inglês), sob coordenação do economista Pavan Sukhdev. A iniciativa tinha o objetivo de sugerir ferramentas para recuperação econômica dos países que levassem em consideração o desenvolvimento sustentável, com políticas e abordagens econômicas favoráveis ao clima e ao meio ambiente⁴. Este foi o conteúdo do primeiro relatório, de nome *Global Green New Deal*, em 2009, que recomendou incluir incentivos a tecnologias verdes nos pacotes de recuperação econômica, equivalentes a pelo menos 1% do Produto Interno Bruto (PIB)⁵. (GLOBAL GREEN NEW DEAL, 2009)

O segundo documento foi o “Relatório de Economia Verde”, em 2011, para o qual foi elaborada uma versão resumida sob o título “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento e a Erradicação da Pobreza”. Nele, foi feita uma comparação entre o cenário tendencial (ou *business-as-usual*) com um cenário hipotético alternativo, no qual eram investidos 2% do PIB global ao ano em áreas como eficiência energética, energias renováveis, tecnologias ambientais e incentivos públicos verdes. A conclusão foi que uma transição para a economia verde levaria a taxas superiores de crescimento global do PIB e do crescimento de empregos em médio e longo prazos (PEREIRA, 2011).

Inúmeros debates foram gerados quando o tema “economia verde” foi incluído como um dos principais eixos da Conferência das Nações Unidas sobre

⁴ Apresentação da Iniciativa Economia Verde. Disponível em <<https://www.unsystem.org/content/green-economy-initiative-gei>>. Último acesso em: 02 de mar. de 2019.

⁵ O relatório dava destaque para cinco áreas estratégicas: eficiência energética em edifícios; tecnologias de energia renovável; tecnologias de transporte sustentáveis; sistemas de infraestrutura ecológica do planeta; e agricultura sustentável, incluindo produção orgânica.

Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, a Rio+20. Como destaca publicação da Fundação Getúlio Vargas, a agenda sobre economia verde gerou diversos questionamentos por parte de governos e organizações da sociedade civil dos países em desenvolvimento:

Como ocorre em outras negociações multilaterais, como nas de clima e biodiversidade, dilemas históricos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento também fazem parte dos debates preparatórios da Rio+20. Algumas organizações da sociedade civil proeminentes e governos do hemisfério Sul alinham-se na agenda de desconfianças quanto às intenções dos países ricos com a proposta da Economia Verde (PEREIRA, 2011).

Alguns dos riscos apontados por países em desenvolvimento à economia verde foram destacados em documento da organização intergovernamental *South Centre*. Um deles foi o risco de que a economia verde concentrasse sua preocupação na dimensão ambiental, sem considerar outras dimensões do desenvolvimento e da igualdade social. Outro risco seria o de manter uma injusta divisão internacional do trabalho e da riqueza, com as empresas de países ricos utilizando mecanismos de mercado para compensarem emissões de poluentes (PEREIRA, 2011).

Durante a Rio+20, a crítica à Economia Verde por parte de organizações da sociedade civil e movimentos sociais teve como marco simbólico uma marcha, que reuniu milhares de pessoas, conforme descreve matéria publicada na Folha à época:

Tinha de tudo entre os manifestantes que tomaram ontem à tarde a avenida Rio Branco, no centro do Rio. Segundo a polícia, eram de 15 mil a 20 mil. O comando da Cúpula dos Povos, que convocou o protesto, avaliou a multidão em 50 mil. Ecologistas, quilombolas, sem-teto, sem-terra, feministas, homossexuais, professores em greve, hare-kishnas, e evangélicos, todos apareceram para protestar contra a "economia verde" e "em defesa dos bens comuns e dos direitos dos povos (FOLHA, 2012).

Assim, houve bastante resistência a essa agenda. Governos e organizações da sociedade civil apontavam que as soluções para os problemas de desenvolvimento não passavam apenas por políticas econômicas, mas também por outras políticas de combate à pobreza e garantia de direitos sociais. Além disso, a ênfase dada a mecanismos de mercado e novas tecnologias para ampliação da ecoeficiência deixariam de considerar a necessidade de se questionar os objetivos

da economia e no foco no crescimento, em especial em países que já atingiram níveis de prosperidade mais elevados.

Em diálogo com os processos políticos internacionais, que debatiam acordos, documentos e ações para o desenvolvimento sustentável, foram realizados no meio acadêmico e científico esforços de definição e interpretação do termo, bem como pesquisas que buscaram contribuir para a sua concretização.

Para o professor e economista José Eli da Veiga, “desenvolvimento sustentável” é um novo valor, assim como “justiça social”. Como um valor, a expressão passaria a ser utilizada em diferentes contextos e, apesar da falta de precisão em sua definição, muito teria se avançado na cognição dos fatores que geram insustentabilidade (VEIGA, 2010).

Com relação ao termo “sustentabilidade”, o autor posiciona-se por seu caráter ambiental, relacionado à conservação dos ecossistemas, base material do desenvolvimento (VEIGA, 2010). Contrapõe-se, assim, à ideia de que a sustentabilidade possa ter muitas dimensões, defendida por outros autores, à exemplo de Ignacy Sachs, que fala em “diferentes sustentabilidades” - social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política (SACHS, 2008).

No pensamento econômico, a forma de enfrentar o desafio da sustentabilidade pode ser agrupada em diversas correntes teóricas. Veiga (2010) aponta três correntes: a convencional, a ecológica, e a que, segundo o autor, “está em busca de uma terceira via”, baseada na ideia de ecoeficiência.

A corrente convencional seria majoritária e dominante. De acordo com ela, a recuperação ambiental começaria a superar a degradação quando o país alcançasse um certo patamar econômico⁶, abaixo dele o crescimento econômico não poderia ser influenciado com preocupações com a proteção dos ecossistemas. Essa tese seria chamada de Curva de Kutznets Ambiental, por sua semelhança com a tese de distribuição de renda defendida pelo economista Simon Smith Kuznets, em 1954. Ocorre que a tese de Kutznets não veio a se confirmar, já que estatísticas sobre um grande número de países na segunda metade do século XX revelaram relações entre crescimento e desigualdade de renda muito heterogêneas (VEIGA, 2010).

⁶ De acordo com Veiga (2010), este patamar econômico seria a partir de uma renda *per capita* de US\$ 20 mil.

Uma outra corrente seria a da economia ecológica, segundo a qual, para haver sustentabilidade, seria necessário caminhar para um regime em que a qualidade de vida de uma sociedade seguisse melhorando sem que isso significasse a expansão de seu sistema econômico. Os países que já alcançaram altos índices de desenvolvimento deveriam planejar uma transição para esse modo de prosperidade sem crescimento. Um dos maiores defensores desta tese é o economista Herman Daly (VEIGA, 2010).

Na busca de uma alternativa, teria se fortalecido, então, a ideia de descasamento (ou descolamento, do inglês, *decoupling*), que se relaciona com a defesa da ecoeficiência. Para esta corrente, com a diminuição do uso de recursos materiais e energia na produção de artigos e serviços será possível crescer e diminuir os impactos ambientais. Esta corrente foi questionada pela publicação do relatório “Prosperidade sem crescimento”, em 2009, resultado de pesquisa coordenada pelo economista Tim Jackson. A pesquisa demonstrou que os ganhos com aumento de eficiência não reduzem escala, ou a redução absoluta do consumo. Assim, os ganhos com aumento de eficiência seriam compensados com a ampliação de produção e consumo em outras áreas e, portanto, não descartariam a necessidade de discussão sobre os limites do crescimento econômico (VEIGA, 2010).

Contrariando a corrente convencional, diversos autores defenderam a necessidade de diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, a exemplo de Celso Furtado, Amartya Sen e Ignacy Sachs. Todos eles reconhecem que o crescimento econômico não leva a uma automática satisfação das necessidades de toda a sociedade. A dissociação entre o critério econômico e a ideia de desenvolvimento teria sido o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷, adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que incorporou dados relacionados à expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita* (VEIGA, 2010).

7 O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Developmento_Humano>. Último acesso em: 24 de fev. 2019.

Também divergindo da corrente convencional, Ricardo Abramovay (2012) se mostra crítico ao projeto de crescimento incessante, tanto por se chocar com os limites que os ecossistemas impõem à expansão do aparelho produtivo, quanto por sua limitada contribuição com a erradicação da pobreza. Em suas palavras:

(...) o vínculo entre a expansão da produção de bens e serviços e a obtenção real de bem-estar para as pessoas, as comunidades e seus territórios, partindo de certo patamar de abundância, é cada vez menos óbvio. Mesmo que a produção material tenha atingido uma escala impressionante, nunca houve tantas pessoas em situação de miséria extrema, ainda que proporcionalmente representem parcela da população menor que em qualquer outro momento da história moderna. E nos países mais ricos do planeta acumulam-se estudos que mostram que a elevação na disponibilidade de bens materiais e de renda nem de longe é proporcional ao sentimento de melhoria de qualidade de vida (ABRAMOVAY, 2012, pp. 16-7).

O autor aponta que uma das maiores dificuldades na transição para uma nova economia guarda relação com o fato de que a formulação de objetivos para o sistema econômico implica, também, na formulação de objetivos para as empresas, na alteração do sentido de sua ação e da medida da eficiência. O enfrentamento dessa dificuldade não ocorre pelo monopólio estatal sobre as decisões empresariais ou pela abolição dos mercados, mas, no âmbito de uma economia descentralizada, na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que não exclusivo.

É preciso reconhecer que diversas mudanças no mercado aconteceram desde o surgimento da agenda da sustentabilidade. O trabalho de Andrew Hoffman (2000) é uma referência importante para a compreensão de como questões ambientais e sociais têm sido tratadas pelas corporações (DIAS e TEODÓSIO, 2011). Ele reconhece que a gestão ambiental entrou para as práticas empresariais, mas ressalva que o desenvolvimento sustentável, apesar de ter sido incorporado no plano do discurso, pouco avançou em ações concretas.

Seu estudo aponta que a mudança no comportamento das empresas com relação à questão ambiental se deu por pressão externa. Entre os anos 1960 e 1980, essa pressão foi protagonizada especialmente por governos e ativistas sociais, com o estabelecimento de leis e normas que passaram a regular a atividade corporativa e protestos contra os danos causados ao meio ambiente pela atividade industrial (HOFFMAN, 2000; DIAS e TEODÓSIO, 2011). Com isso, a gestão ambiental teria se tornado uma questão de responsabilidade social, voltada para a redução dos impactos negativos da atividade industrial.

Ocorre que, a partir dos anos 1990, a questão ambiental passou a ser cada vez mais importante para a própria competitividade das empresas, deixando de ser uma questão de responsabilidade social, e se tornando fator central para que as empresas atingissem seu objetivo de lucro. A preocupação ambiental se tornou fator de competitividade e passou a ser incorporada como estratégia de negócio. Entre os fatores que contribuíram para isso, estão mudanças nas exigências relacionadas a questões ambientais por parte de investidores, bancos e companhias de seguros (HOFFMAN, 2000).

O autor argumenta que, enquanto questões ambientais evoluíram do plano da responsabilidade social para as estratégias de negócio das empresas, questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, em especial relacionadas à promoção da igualdade social, teriam permanecido no campo da responsabilidade social. Para ele, mesmo com avanços, o papel da gestão ambiental ainda não teria completado seu ciclo de integração aos negócios. Argumenta que este ciclo só estará completo quando todos os agentes relevantes do mercado incorporarem preocupações ambientais em suas regras, normas e crenças – implicando o sistema econômico como um todo, e não apenas empresas individualmente (HOFFMAN, 2000).

Segundo o autor, um dos fatores que contribuiu para que as empresas avançassem mais na perspectiva ambiental da ecoeficiência do que na social foi a falta de uma definição clara sobre a agenda da sustentabilidade. E assim conclui:

But at its core, the defining values of sustainable development are more challenging than the existing institutional beliefs about eco-efficiency. In fact, if the values embedded within the sustainability agenda are fully accepted, the issue stands to challenge many underlying assumptions of the market economy and redefine the objectives of the firm in acting within it. (HOFFMAN, 2000, p. 24)

Em consonância com Hoffman (2000), Abramovay (2012) aponta a insuficiência da ecoeficiência como solução para os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, apesar de reconhecer sua importância. O autor alerta que as necessidades de mudança no sistema econômico não se reduzem à relação entre economia e natureza. Se os ecossistemas têm limites, a produção deveria ser direcionada para erradicar a pobreza. Aponta, assim, para a necessidade de mudanças na relação entre economia e ética.

Com relação aos limites da ecoeficiência diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, merece registro, ainda, o estudo recentemente produzido pela Fundação Ellen McArthur, em 2018. O relatório “Nova economia dos têxteis” coloca o setor têxtil entre os pioneiros na mudança de uma visão estratégica mais radical, ao reconhecer que é preciso interromper a lógica de se vender cada vez mais artigos. O relatório defende um “sistema inteiramente novo que não pode ser alcançado meramente por meio de mudanças incrementais”. A redução de impactos no modelo linear (extrair, transformar, usar e descartar) deveria ser revista. A concepção da produção têxtil teria que ser regenerativa e incluir: o não uso de substâncias nocivas ao meio ambiente e à saúde humana; a concepção das roupas como bem durável, ao invés de descartáveis; a ampliação da reciclagem no setor; e o uso de matérias primas de fontes renováveis.

Por fim, importante ressaltar o papel da dimensão política nas transformações da relação entre economia, sociedade e meio ambiente, para que se avance na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O campo que se forma em torno da agenda da sustentabilidade não é uniforme. Apesar de uma aparente concordância com relação à necessidade de mudanças diante dos limites planetários, não existe consenso quanto ao ritmo destas mudanças e às medidas políticas necessárias para que aconteçam. Isso ficou muito claro quando grande parte das organizações da sociedade civil se manifestou contrária à economia verde durante a Rio+20. Neste sentido, concordamos com o posicionamento de Fatheuer, Fuhr e Unmübig (2016), que afirmam que os instrumentos regulatórios que podem limitar as emissões e o consumo de recursos são conhecidos e que as propostas não fracassam por falta de alternativas, sendo uma ilusão pensar que o progresso técnico tornará os conflitos supérfluos:

A política – e a ecologia política – precisa exatamente disto: mais coragem para conflito, para confrontação. Até agora não ocorreu o redirecionamento necessário, com a imprescindível regulação do mercado e também não se conseguiu descarbonizar e desmaterializar importantes esferas da produção. (FATHEUER; FUHR; UNMÜBIG, 2016, p. 153)

4 ANTECEDENTES: FORMAÇÃO DE DIFERENTES CAMPOS POLÍTICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Para analisar como a agenda da sustentabilidade entra na trajetória dos atores empresariais estudados, é importante identificarmos as características de dois campos de ação estratégica distintos, que se formaram no período de redemocratização do país.

O primeiro é o campo formado em torno da agenda ambiental, que envolveu grupos e organizações da sociedade civil, bem como o Partido Verde (item 4.1). Neste momento ainda não havia a presença de atores empresariais organizados em torno dessa agenda no Brasil. O segundo campo se formou a partir da reunião de empresários em discussões políticas e econômicas, em uma organização denominada Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e será o foco do item 4.2. É nessa organização que se encontram empresários que, posteriormente, virão a fundar diversas outras organizações com importante influência sobre a agenda da sustentabilidade, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (1998), o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente (2001), o Instituto São Paulo Sustentável (2007), o Instituto Democracia e Sustentabilidade (2009) e a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (2012). No item 5, faremos uma análise da atuação dessas organizações.

4.1 Agenda ambiental no Brasil: encontro entre ativismo global e local

A formação de um campo em torno da agenda ambiental no Brasil se deu entre os anos 1970 e o início dos 1990. Esse processo se insere em um contexto internacional no qual a questão ambiental passou a ganhar destaque, com o fortalecimento de movimentos ambientalistas nos Estados Unidos e na Europa, a incorporação da agenda pelas Nações Unidas e o surgimento de partidos verdes em diversos países.

Em 1972, foi publicado o relatório do Clube de Roma, apontando os limites do crescimento. Aconteceu, também, a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo. No mesmo ano, surgiram os primeiros partidos verdes na Austrália e na Nova Zelândia. Já no Brasil, o momento era de

transição, da ditadura militar para a democracia. No ano de 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, dentro do Ministério do Interior.⁸

Eduardo Viola (1987) marca o início do movimento ambiental no país em 1974, “ano em que se inicia a política de ‘distensão’ do presidente Geisel, com o consequente afrouxamento dos controles estatais sobre a organização da sociedade civil”. O autor distingue três períodos na história inicial do movimento ambiental no Brasil:

Uma primeira: fase que chamamos *ambientalista*, desde 1974 até 1981, caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos autoidentificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase que chamamos de *transição*, desde 1982 até 1985, caracterizada pela influência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos acima assinalados, além de uma expansão quantitativa e qualitativa de ambos. Uma terceira fase, que chamamos de *opção ecopolítica*, começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico auto identifica-se como político e decide participar ativamente da arena parlamentar (VIOLA, 1987, p. 7, *grifos meus*).

O movimento ambiental teria sido organizado por associações civis, e, de acordo com Viola (1987), enfrentava dificuldades em penetrar nos setores populares na região Sul:

Os setores populares do Sul (movimento sindical, movimentos populares e rurais) mantêm-se distantes do discurso ecologista, apesar de que alguns dos objetivos mais importantes deste movimento são profundamente ecologistas (luta por condições de trabalho; saneamento básico, melhoria dos serviços de saúde pública, propriedade da terra para quem a trabalha (VIOLA, 1987, p. 4).

Realidade diferente se apresentava no norte do país, onde um movimento de seringueiros do Estado do Acre ganhava expressividade, liderado por Wilson Pinheiro, Chico Mendes, Marina Silva, entre outras lideranças. Desde 1976, os seringueiros utilizavam os chamados “empates”⁹ como forma de resistência ao desmatamento da floresta realizado por fazendeiros, uma estratégia de resistência pacífica. Conta Chico Mendes sobre o surgimento dos empates, em entrevista concedida durante o 3º Congresso Nacional da CUT, em 9 de setembro de 1988:

⁸ Fonte: Ministério do Meio Ambiente, política de educação ambiental, histórico brasileiro. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro.html>>. Último acesso em 24 de fev. 2019.

⁹ Fonte: Artigo “Empate (ativismo)” na Wikipédia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Empate_\(ativismo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Empate_(ativismo))>. Último acesso em: 24 fev. 2019.

Naquele momento, todos viviam nas matas, ninguém tinha consciência de luta. Os filhos de seringueiros não tinham o direito de ir à escola, pois aprenderiam a fazer contas e descobririam que estavam sendo roubados; então os patrões não permitiam. Na minha região, em cinco anos foram expulsos mais de 10 mil famílias de seringueiros. Quatro mil delas tentaram a vida na cidade aumentando o cinturão de miséria das cidades. O resto foi para a Bolívia tentar a vida nos seringais de lá, onde estão até hoje, numa situação difícil pois não são considerados nem brasileiros nem bolivianos, vivendo na clandestinidade.

A partir de 1975 começa a nascer uma consciência, organizam-se os primeiros sindicatos rurais juntamente com um trabalho da Igreja Católica. Mas tudo ocorrendo muito lentamente até 1980, quando generalizou-se por toda a região o movimento de resistência dos seringueiros para impedir os grandes desmatamentos. Foi criado o famoso “*empate*”, *forma que encontramos de, em mutirão, nos colocarmos diante dos peões, das motosserras, iniciando um trabalho no sentido de impedir os desmatamentos*. Esse movimento era de homens, mulheres e crianças. As mulheres tiveram um papel muito importante como linha de frente e as crianças eram usadas como uma forma de evitar que os pistoleiros atirassem. Tínhamos uma mensagem para os peões: nos reuníamos com eles e explicávamos que destruindo a floresta eles não teriam mais como sobreviver e, assim, muitas vezes, contávamos com suas adesões. O inimigo maior era a polícia contratada pelos fazendeiros. Nesse período ocorreram muitas prisões e pancadarias (CÉSAR, 2010, p. 88).

Alonso, Costa e Maciel (2007) chamam atenção para o fato de as primeiras organizações e grupos ambientalistas brasileiros terem se organizado inicialmente em torno de duas principais visões: uma conservacionista e outra socioambientalista. Na visão conservacionista, o meio ambiente seria a natureza selvagem, a ser preservada da ação deletéria dos grupos sociais, por meio da criação de parques nacionais e reservas ambientais. O discurso seria cientificista e teria os especialistas das ciências naturais como autoridades incontestáveis na definição dos problemas e de políticas ambientais. Para o socioambientalismo, a definição do problema ambiental passa das ciências ambientais para as humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais. Este perfil caracteriza a maioria das associações formadas nos anos 1970. Os aspectos sociais foram assumidos de maneiras distintas pelos grupos ambientalistas, em temas concernentes às regiões rurais, como o uso de agrotóxicos, na crítica ao processo de industrialização em curso no país, na denúncia de problemas ambientais causados pela expansão da sociedade de consumo e pelo modelo brasileiro de desenvolvimento.

A coordenação das ações dos diversos grupos ambientalistas, que resultou na constituição de um movimento social, se deu a partir de três frentes de

oportunidades: o processo de redemocratização, a Assembleia Constituinte e a Rio-92 (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Durante o processo de redemocratização, a realização de campanhas conjuntas vieram estabelecer um campo ambiental, com liderança e agenda própria. Alguns exemplos emblemáticos são a Campanha em Defesa da Amazônia, em 1978, em oposição aos planos do governo federal de realizar contratos de exploração da Floresta Amazônica com empresas internacionais, e a Campanha contra a Utilização da Energia Nuclear, em 1980. Elas foram marcadas por uma aproximação entre diferentes atores da sociedade civil e políticos. A agenda politizada deste período ajudou a consolidar uma abordagem socioambientalista do movimento ambientalista (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

No momento de convocação da Assembleia Constituinte, formaram-se coalizões entre os grupos ambientalistas em torno de diferentes estratégias. Com a exigência de candidaturas necessariamente partidárias, um grupo do Rio de Janeiro chamado Coletivo Verde encaminhou a criação do Partido Verde. Outra coalizão adotou a estratégia de apoiar candidaturas de diferentes partidos, comprometidas com uma agenda ambiental mínima, em uma Lista Verde.

Viola (1987) lembra que os debates sobre a criação do Partido Verde eram extremamente difíceis e áspers durante a realização do 1º. Encontro Nacional de Entidades Ecologistas e Autônomas, em maio de 1986. Ele destaca que houve uma “ameaça de fracionamento do movimento ecológico em função da problemática do PV”. Mesmo aqueles que figuraram como fundadores do partido, quando recém-chegados do exílio da Europa aspiravam ingressar em partidos de esquerda. No entanto, os partidos de esquerda tinham projetos pouco inclinados às questões ecológicas e defendiam um modelo de desenvolvimento fortemente baseado na industrialização. Fernando Gabeira, uma das principais lideranças do processo de fundação do PV, reforça esta percepção:

Havia uma certa resistência entre as forças de esquerda em aceitar a luta ecológica, por acharem que esta implicava apenas questões minoritárias e podia dispersar as forças e a energia da luta principal, que é a que coloca frente a frente trabalhadores e capitalistas (GABEIRA, 1987).

Um dos fatores que pesou para a fundação do Partido Verde, e principalmente para a aceleração deste processo, foi a notícia de que grupos de

direita estavam pensando em fundar um partido verde no Brasil. Com receio de perder a sigla para estes grupos, o grupo do Rio de Janeiro viu urgência em criar o partido, para garantir que ele mantivesse as mesmas características de outros partidos verdes no mundo. O PV foi fundado em 1986, no Rio de Janeiro, por um grupo de ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas. Entre os nomes que participaram deste momento estão: Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Lucélia Santos, Lucia Veríssimo, John Neschling e Herbert Daniel. Lançam um manifesto que demonstra que as pautas do partido não se resumem às causas ecológicas:

O Partido Verde (PV) se forma para *lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida*. Surge de uma reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos nós. Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de guerra nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais e a violência crescente nos grandes centros urbanos. Tudo isso configura uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro. (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1987)

Após sua fundação, o Partido Verde lançou candidaturas próprias para a Assembleia Constituinte, mas o único representante do movimento ambientalista a se eleger foi Fabio Feldmann, ativista ambiental de uma organização de nome Oikos, de São Paulo, e adepto da estratégia da Lista Verde e filiado ao MDB. Ele se tornou um interlocutor entre a mobilização da sociedade civil e a negociação institucional no Congresso. Sua participação ativa durante o processo constituinte resultou na proposição de um capítulo exclusivo sobre a questão ambiental na Constituição (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Outro momento considerado fundamental para a formação do movimento ambientalista no Brasil foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, a Rio-92. Para garantir influência sobre o encontro, mais uma vez os grupos ambientalistas tiveram que coordenar esforços. Neste momento, a estratégia mais bem sucedida foi a criação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), em 1990, que reuniu mais de 1000 associações, metade delas sem experiência prévia em questões de ativismo ambiental.

Desta forma, no momento de formação de um campo em torno da agenda ambiental no Brasil, não existia ainda o envolvimento de atores empresariais

organizados coletivamente, apesar de alguns nomes figurarem na composição de organizações específicas, como é o caso da direção da Fundação SOS Mata Atlântica¹⁰. No item 5 deste trabalho, veremos que essa agenda passará a fazer parte das preocupações empresariais com mais intensidade no final dos anos 1990, em especial pelo enfoque da responsabilidade social corporativa.

Quadro 2: Eventos que marcam a formação de uma agenda ambiental no Brasil

Fonte: Elaboração própria

4.2 Um campo em torno da agenda econômica e de um novo pacto social

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) surgiu como um movimento informal de jovens empresários dentro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1987. Naquele momento, realizavam-se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e aqueles empresários buscavam uma forma de participar do debate sobre o reestabelecimento da democracia no país (BIANCHI, 2001 e FGV CPDOC¹¹).

¹⁰ Como destaca o histórico da Fundação SOS Mata Atlântica, a organização surge nos anos 1980, de uma aproximação entre cientistas, empresários, jornalistas e defensores da questão ambiental.. Um dos empresários que fazia parte da direção da fundação era Roberto Klabin, ligado à indústria Klabin do ramo de papel e celulose. (SOS MATA ATLÂNTICA)

¹¹ Fonte: site da FGV CPDOC. Pensamento Nacional Das Bases Empresariais (PNBE). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pensamento-nacional-das-bases-empresariais-pnbe>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

O marco de lançamento do PNBE é a audiência pública realizada com o então ministro da fazenda do governo José Sarney, Luís Carlos Bresser Pereira, em outubro de 1987, que contou com a participação de mais de mil empresários no Palácio de Convenções do Anhembi. Entre as preocupações manifestadas pelos participantes estavam o fracasso do Plano Cruzado, a alta inflação, bem como a necessidade de defesa da iniciativa privada e do livre mercado durante o processo constituinte (FGV CPDOC).

A mobilização de empresários despertou reação por parte da direção da FIESP. Além da recusa a participar do evento do presidente da entidade, Mário Amato, membros do PNBE foram afastados da direção da federação. Entre eles, Oded Grajew, que ocupava o cargo de Diretor-Adjunto do Departamento de Expansão Social (BIANCHI, 2001).

O antagonismo no interior da federação foi assim relatado por um dos fundadores do PNBE:

A FIESP era um dos grandes sustentáculos da ditadura militar, arrecadava dinheiro para financiar as estruturas. Lá, as coisas mais conservadoras eram faladas abertamente: como influenciar parlamentares, dar dinheiro para eleger bancadas e frases do tipo “os trabalhadores são nossa melhor matéria prima” (Entrevistado 3, em 26 nov. 2018).

O PNBE não se opunha à FIESP no que diz respeito à ação corporativa em favor da indústria, mas a considerava limitada. Os empresários do movimento queriam ampliar o debate sobre os problemas estruturais da sociedade para além dos interesses corporativos, construindo uma participação política mais efetiva (BIANCHI, 2001).

Durante o processo constituinte, a FIESP apresentou uma plataforma de propostas restrita aos debates sobre a ordem econômica, com o objetivo de proteção da iniciativa privada e garantia de uma menor intervenção do Estado na economia, manifestando-se pela desestatização de atividades econômicas. A plataforma também tratava do direito à greve e suas restrições, mas não abrangia questões relacionadas ao sistema de governo ou a direitos sociais (BIANCHI, 2001).

Os empresários Oded Grajew e Emerson Kapaz foram as principais lideranças no período inicial de construção do PNBE e ocuparam, juntos, a coordenação geral da entidade quando esta foi institucionalizada, em 1990. Uma das principais inovações da organização foi possibilitar a participação de

empresários como pessoas físicas, respondendo a uma queixa frequente sobre a FIESP, de que teria se distanciado de suas bases.

A principal agenda do PNBE foi a construção de um pacto social para a condução do desenvolvimento nacional. Para isso, defendia a ampliação do diálogo entre empresários, trabalhadores e governo, na busca de objetivos comuns, como a superação da inflação e o enfrentamento da dívida externa (BIANCHI, 2001). Sobre a importância de ampliação deste diálogo intersetorial, assim relata um dos entrevistados:

A proposta do PNBE era uma proposta de diálogo. Na época eu não me dei conta, mas me dei conta posteriormente, que o que na verdade o PNBE propôs é o que a gente veio a trabalhar nas várias entidades que acabaram saindo de lá: o diálogo com *stakeholders*. O PNBE entendia que não adiantava os empresários fazerem uma proposta de visão para o Brasil, era necessário que essa visão fosse legitimada por diálogos com outros *stakeholders*. Na época não chamávamos de *stakeholders*, eram atores sociais. E por via do diálogo com outros atores sociais iria havendo uma negociação sobre o que era essa visão comum entre empresários, trabalhadores e governo. Esses eram os três atores fundamentais. Aqui e ali a academia participava, aqui e ali as organizações sem fins lucrativos participavam, mas os atores centrais eram empresários, trabalhadores (representantes sindicais) e governo (Entrevistado 5, em 03 dez., 2018).

Uma ação emblemática de aproximação entre empresários e trabalhadores foi uma viagem para Israel com membros do PNBE e lideranças sindicais, articulada por Oded Grajew, com o apoio de Luiz Inácio Lula da Silva¹² na interlocução com os sindicalistas. O objetivo da viagem era conhecer como aquele país conseguiu combater a inflação por meio de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores. Em Israel, o grupo se reuniu com os principais integrantes da equipe econômica do governo e com o então primeiro-ministro Shimon Peres. No ano seguinte, foi articulada uma nova viagem de empresários e sindicalistas para os Estados Unidos, para conhecerem como o país havia enfrentado o problema da dívida interna. (PNBE)

Quando Collor foi eleito, em 1989, representantes do PNBE levaram a proposta do pacto nacional ao governo e, apesar dos esforços, o diálogo não prosperou, conforme detalhado no histórico da organização:

Estruturado e funcionando na primeira sede, à rua Zaíra, no bairro do Sumaré, o PNBE *procura articular um Pacto Nacional entre as principais lideranças dos trabalhadores*. Consegue interessar o governo, que envolve

¹² À época, Lula era líder sindical e membro do Partido dos Trabalhadores.

nas negociações os ministros Antonio Kandir, Jarbas Passarinho, Ibrahim Abi Akcel e Zélia Cardoso de Mello. *Articula as principais entidades empresariais do país* – CNI (indústria), CNA (agricultura), CNC (comércio), Febraban (bancos), e CNT (transportes), que pela primeira vez subscrevem um documento conjunto, com compromissos para um pacto nacional de controle da inflação e retomada do desenvolvimento.

Entretanto, o governo Collor demonstra que não pretende efetivamente negociar o acordo proposto. Os trabalhadores da CUT e o PNBE retiram-se das reuniões e o fórum do Pacto Nacional é extinto. Por iniciativa do PNBE, no ano seguinte organiza-se um fórum com lideranças dos principais interlocutores do Pacto Nacional no Instituto de Estudos Avançados da USP, para identificar posições comuns em relação às reformas estruturais que o país começaria a fazer somente anos depois” (PNBE, *grifos meus*¹³).

Ainda que a discussão sobre meio ambiente não estivesse no centro do projeto político do empresariado envolvido no PNBE, um grupo de trabalho, liderado por Percival Maricato¹⁴, chegou a debater propostas no período que antecedeu a realização da Rio-92.

Diversos grupos de trabalho foram criados com o objetivo de ordenar as atividades da entidade e promover o debate de propostas, entre estes grupos estavam os de Relações de Trabalho, Democracia e Cidadania, Articulação Política, entre outros. *Um exemplo foi a criação, em dezembro de 1991, do Grupo de Meio Ambiente, coordenado por Percival Maricato, e que possuía uma visão da defesa da ecologia baseada na conquista da cidadania e melhor distribuição de renda* (FGV CPDOC).

Segundo depoimento, quando foram reveladas denúncias de corrupção do governo Collor, o PNBE foi a primeira organização de origem empresarial a se envolver ativamente nas manifestações pelo impeachment (Entrevistado 3, em 26 de nov. 2018). Durante o governo Itamar Franco, a organização propôs a criação de um Fórum Permanente de União Nacional, porém a ideia não foi concretizada (FGV CPDOC).

Conforme descreve Bianchi (2001), o PNBE teria buscado superar o caráter econômico-corporativo das propostas colocadas até então pelo empresariado, apresentando um novo projeto de desenvolvimento para o país. Sua proposta foi sistematizada no documento “Projeto Nacional: o Brasil que queremos”, apresentado em sua 1ª Convenção Nacional, em 1994. A visão do Estado enunciada no documento não se reduzia à mínima intervenção liberal, mas, ao contrário, envolvia o que consideravam atividades inerentes ao seu núcleo duro, tais como: o controle

¹³ Fonte: site do PNBE. Histórico. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br/historico.html>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

¹⁴ Percival Maricato era advogado e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

monetário, as relações exteriores e a segurança nacional, entre outras funções, como a universalização da educação básica até o segundo grau. Entre os direitos sociais previstos no projeto, destaca-se ainda a proposta de “uma renda mínima a todos os cidadãos que não consigam, temporária ou definitivamente, auferir renda própria” (BIANCHI, 2001).

A principal inovação do projeto da entidade, no entanto, seria a centralidade das negociações entre empresários e trabalhadores. O pressuposto capitalista não era colocado em questão, e a entidade não negava o conflito de interesses entre capital-trabalho. Propunha, como solução, a negociação entre as partes, por meio, por exemplo, da instalação de câmaras setoriais (BIANCHI, 2001).

Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, houve uma divergência interna ao PNBE quanto ao posicionamento diante do governo federal. Parte dos seus membros se posicionou favorável à política econômica adotada, enquanto algumas lideranças adotaram uma postura de oposição (FGV CPDOC). Essa divergência se refletiu na primeira eleição da organização, em 1995, em que a coordenação geral não foi decidida por aclamação, tendo sido eleito o industrial paulista Salo Seibel, identificado com as teses do PSDB. No mesmo ano, Oded Grajew liderou a criação de uma nova organização, a Associação dos Empresários pela Cidadania (Cives), que teria o papel de aproximar a classe empresarial do Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, nem todos os empresários ligados a Grajew no PNBE se identificavam com o projeto de aproximação com esse partido.

A crescente tensão interna do PNBE com relação ao governo se aprofundou em 1997, com denúncias de que a emenda das reeleições, que beneficiou FHC, teria sido aprovada com base na compra de apoio parlamentar. É neste contexto que, em 1998, Oded Grajew, Emerson Kapaz, Guilherme Leal, Sérgio Mindlin, Hélio Mattar e Ricardo Young¹⁵ resolvem criar o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com o objetivo de colocar a ética empresarial no centro do debate (GODINHO, 2014). No item 5, analisaremos o Instituto Ethos por sua destacada atuação na agenda da sustentabilidade.

O PNBE, portanto, emerge em 1987 como um grupo desafiante no interior da FIESP, que acaba por criar uma nova institucionalidade, configurando um novo

¹⁵ Quando se conheceram, Oded Grajew era ligado à empresa Grow e Emerson Kapaz à Elka, ambas do ramo de brinquedos. Guilherme Leal à Natura Cosméticos; Sérgio Mindlin à Metal Leve; Hélio Mattar à Dako Fogões e ao Restaurante América; e Ricardo Young ao Yáziqi International.

campo de ação empresarial. Ele se opõe à FIESP, buscando ampliar suas pautas para além de uma visão corporativista, por meio da construção de um pacto social que envolvesse empresários, trabalhadores e governo. A agenda de criação de um pacto social possibilitou a convergência de um campo empresarial por 10 anos. Com a eleição de FHC, em 1994, ampliaram-se as divergências internas do PNBE, levando, em 1998, à saída de parte das lideranças fundadoras para a criação de uma nova organização, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

A experiência do PNBE contribuiu de forma decisiva para o surgimento de novos atores empresariais, dando-lhes legitimidade para atuar na articulação empresarial e na construção de pontes com outros campos, em especial com o Estado e centrais sindicais. Esta legitimidade, que lhes conferiu o reconhecimento como representantes da classe empresarial, se manteve quando, posteriormente, parte deles deixou de exercer atividades empresariais, mas continuou atuando em organizações da sociedade civil.

Quadro 3: Eventos que marcam a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresarial

Fonte: Elaboração própria

5 O ENVOLVIMENTO DE ATORES EMPRESARIAIS COM A AGENDA DA SUSTENTABILIDADE

O presente trabalho utiliza a teoria de campos e da habilidade social formulada por Neil Fligstein para a análise do envolvimento político de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade no Brasil. Para isso, será estudado como atores empresariais induzem a cooperação de outros atores, quais as tensões experimentadas nesse processo e como a agenda da sustentabilidade é utilizada para estabelecer uma identidade comum (FLIGSTEIN, 2007).

As principais articulações empresariais formadas nos anos 1990 no Brasil, em torno de ações para o desenvolvimento sustentável, foram o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDES), no Rio de Janeiro, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Empresarial (ETHOS), em São Paulo.

A escolha desse estudo se deu com o objetivo de aprofundar a análise sobre a trajetória dos atores empresariais ligados à criação do ETHOS e de outras organizações posteriores, que também passaram a atuar na agenda da sustentabilidade. A principal razão dessa escolha foi o interesse em compreender melhor a relação que esses atores estabeleceram com a política, já que esta trajetória inclui a influência sobre políticas públicas, sobre lideranças políticas e a relação com partidos políticos.

Justificada a escolha, é necessário reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelo CEBDES para o envolvimento de atores empresariais com a sustentabilidade. A organização foi criada em 1997, por um grupo de grandes empresários brasileiros e, hoje, reúne cerca de 60 dos maiores grupos empresariais do País. Ela promove uma visão de sustentabilidade baseada no conceito do *Tripple Bottom Line*, a partir dos pilares econômico, social e ambiental. Além de atuar pela transformação nas práticas empresariais, atua na mobilização de empresas para influenciar políticas públicas, com especial foco na economia (CEBDES¹⁶).

¹⁶ Fonte: site do CEBDES. “Quem somos”. Disponível em: <<https://cebds.org/quem-somos/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

5.1 Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

A criação do Instituto Ethos por atores empresariais que se conheceram e atuaram juntos no Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) demonstra uma destacada habilidade social desses atores de construir sistemas completamente novos em condições de crise (FLIGSTEIN, 2007). Após 10 anos de atuação no PNBE, uma divergência entre grupos se instalou no interior da organização, tendo como uma das principais razões o posicionamento com relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Os atores empresariais estudados demonstraram grande habilidade social ao proporem uma nova forma de atuação, não mais focada na representação empresarial, mas no estímulo a uma nova cultura empresarial, baseada na ideia da responsabilidade social corporativa. O Instituto Ethos atuou em diversas agendas de interesse público, a exemplo do combate ao trabalho escravo e do combate à corrupção, porém, este estudo buscará identificar as principais ações empreendidas na agenda da sustentabilidade e a narrativa adotada pela organização em relação a esta agenda.

A ideia da sustentabilidade esteve presente desde a constituição do Instituto Ethos, fundado em 1998, com o objetivo de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. Com esse objetivo, seus fundadores demonstravam identificação com os valores do desenvolvimento sustentável, tanto na perspectiva da responsabilidade ambiental, quanto social, a partir do compromisso com a redução das desigualdades e erradicação da pobreza.

O Instituto Ethos nasceu inspirado pela experiência de uma organização americana chamada *Business for Social Responsibility* (BSR). A BSR foi criada em 1992, em Washington DC, por um grupo de empresários que atuava no que denominavam “negócios orientados por propósitos”¹⁷. Seu objetivo inicial era “influenciar políticas públicas”, mas o texto foi alterado, em 1994, para “trabalhar com empresas para integrar causas sociais e ambientais em seus negócios principais”¹⁸.

¹⁷ No evento de seu lançamento, a organização contava com 51 empresas associadas, e estiveram presentes os empresários Ben Cohen, da Ben & Jerry's, Anita Roddick, da Body Shop, e Gary Hirshberg, da Stonyfield Farms. Sua primeira conferência anual contou com a presença do Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.bsr.org/en/about/story>>. Último acesso em: 04 mar. 2019.

As primeiras ações do ETHOS foram relacionadas ao desenvolvimento de uma série de ferramentas para auxiliar as empresas na adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis. Sua primeira publicação, denominada “Primeiros Passos”, trouxe a tradução de uma cartilha da Business for Social Responsibility, que incentivava o comportamento socialmente responsável das empresas com a definição de visão, missão e valores, compromissos com o meio ambiente e com o ambiente de trabalho (ETHOS, 1998).

No ano 2000 foram lançados os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, como estímulo para que as empresas associadas ao instituto avaliassem os impactos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades. A alta adesão à ferramenta demonstra a habilidade social dos atores empresariais estudados em agregar novos atores. Segundo Fligstein (2007), o “processo de agregação, uma vez desencadeado, pode assumir vida própria. Quando um grande número de atores entra em cena, os outros os seguirão.” Foi o que aconteceu: no primeiro ano, houve a adesão de 80 empresas aos indicadores, no segundo ano 300 aderiram (GODINHO, 2012).

Anterior à experiência dos Indicadores Ethos, existia já no Brasil o Balanço Social, criado em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O Instituto Ethos propôs um novo modelo de relatório, incorporando novos indicadores, que foram sendo aprimorados ao longo dos anos, atendendo a critérios de reconhecimento internacional. A criação dos Indicadores Ethos é assim relatada na biografia de Ricardo Young:

Para ajudar, de fato, resolveram criar indicadores que possibilitassem às próprias empresas avaliar se estavam sendo responsáveis socialmente. Isso porque os próprios empresários precisavam enxergar a sua realidade, perceber que só se preocupavam com lucro e que doações e programas sociais isolados não eram o suficiente para construir sua responsabilidade social. Quando percebessem que estavam mal em alguns indicadores, enquanto outras empresas – mesmo que fossem poucas – estavam melhores, o sentido competitivo entraria em ação e o próprio mercado cuidaria de disseminar as novas práticas éticas. Alguém teria que ensiná-las, mas isso ficaria para depois (GODINHO, 2014, p. 207).

As temáticas sociais e ambientais, portanto, aparecem em um primeiro momento na perspectiva de autorregulação das próprias empresas, incentivadas a olhar para suas práticas e traçar metas para melhoria da relação com seus *stakeholders* e com o meio ambiente.

O estímulo à atuação das empresas na agenda social também esteve presente com maior destaque nas ações iniciais. Em 1999, foi lançada a publicação *O que as empresas podem fazer pela Educação*, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Social (Cenpec). O documento trazia sugestões de ações que poderiam ser feitas dentro das próprias empresas, em parcerias com escolas e secretarias de educação, bem como na articulação com outros atores da sociedade civil para influenciar políticas públicas de educação (ETHOS, 1999). Na mesma série, publicaram também *O que as empresas podem fazer para a erradicação da pobreza* (ETHOS, 2003). Em 2001, o Instituto realizou pela primeira vez a pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil”, que se encontra na 6ª edição. Na ocasião, a pesquisa identificou que, de 548 diretores e diretoras, apenas 2 eram mulheres negras (ETHOS, 2018).

Uma outra frente de atuação importante para o Instituto foi na esfera internacional. Nesse plano, destacaram-se ações relacionadas a iniciativas das Nações Unidas, como o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A partir da percepção do poder exercido pelas empresas em uma economia globalizada, onde algumas multinacionais chegam a ter mais poder do que países, o então Secretário das Nações Unidas, Kofi Annan, lançou no ano 2000 a iniciativa Pacto Global. O objetivo era mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores, a partir de nove princípios relacionados a direitos humanos, relações de trabalho e meio ambiente – posteriormente seria incorporado também um 10º princípio, relacionado ao combate à corrupção. No mesmo ano 2000, a ONU criou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecendo oito metas a serem atingidas até 2015, entre elas a erradicação da fome, a garantia de educação básica para todos e qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

O Instituto Ethos se envolveu desde o início na mobilização de empresas brasileiras para que aderissem ao Pacto Global e fez um processo de adequação dos Indicadores Ethos a seus princípios, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2006, o instituto foi convidado pela ONU a se tornar ponto focal da rede Pacto Global, no Brasil (MACHADO, 2012). Esse convite demonstra o reconhecimento que a instituição ganhou por sua atuação na área de responsabilidade social no país.

É a partir de 2005 que a temática ambiental começa a ganhar destaque na organização. Um dos primeiros documentos usados como referência foi a publicação *O Compromisso das Empresas com o Meio Ambiente – Agenda Ambiental das Empresas e a Sustentabilidade da Economia Florestal*, que tinha o objetivo de fomentar e ampliar as discussões em torno da questão ambiental, relacionando-a à responsabilidade social empresarial e ao desenvolvimento sustentável (ETHOS, 2005). A publicação traz a definição clássica de desenvolvimento sustentável, presente no Relatório Brundtland: “é aquele que procura atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades”.

O documento apresenta uma agenda ambiental, construída por meio de uma consulta realizada com dezenas de representantes de grandes empresas e de organizações da sociedade civil socioambientalistas¹⁹, o que demonstra grande capacidade das lideranças do Instituto Ethos em mobilizar tanto atores ligados ao mercado, quanto ao setor sem fins lucrativos. A publicação recebeu o patrocínio das empresas Bunge, Petrobrás e Samarco, além do patrocínio institucional do Banco Safra, o que demonstra também grande capacidade de mobilização de recursos financeiros (ETHOS 2005).

A sistematização das recomendações não deixou de fora os conflitos de visões presentes na discussão, o que, algumas vezes, gerava posições contraditórias. As falas de alguns representantes empresariais demonstravam

¹⁹ Colaboradores Convidados: Adriana Ceserani (Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa), Aron Belinky (Instituto Akatu), Celso Valério Antunes (Fundação O Boticário), César Augusto dos Reis (Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas – Aбраf), Christopher Wells (Banco ABN Amro Real), Clélia Elisa Bassetto (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário – Abimóvel), Danilo Vavassori (Casema), Eimar Fonseca Magalhães (Belgo-Mineira), Eric Justin Altit (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS), Fabio de Albuquerque e Juarez Deltrejo (Ecolog), Fábio Nogueira de Avelar Marques (Grupo Plantar), George Dobré (Ibá Produtos Florestais), Guido Otte (Butzke), Helio Seibel (Leo Madeiras), Jacques Demajorovic (Centro Universitário Senac), José Aurélio Boranga e Lineu Andrade (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – Abes), José Antônio Baggio (Indusparquet), José Maria Arruda Mendes e Sérgio Bourroul (VCP), Katy Corban e Natiara Penalva Muniz (Defensoria da Água), Krishna Brunoni de Souza (WWF-Brasil), Marcelo Furtado (Greenpeace Internacional), Maria Elizabeth Grimberg (Instituto Pólis), Moacir Vilela (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária – Concrab), Nelmara Arbex (Natura), Ricardo Rodrigues Mastroti (Aracruz Celulose), Ronaldo Sela (Klabin), Ros Mari Zenha (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT), Rubens Cristiano Garlipp (Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS), Sergio Amoroso (Grupo Orsa), Sérgio Leitão (Instituto Socioambiental – ISA), Tasso Resende de Azevedo (Ministério do Meio Ambiente), Vanderley M. John (Universidade de São Paulo – USP), Vânia Velloso (Companhia Vale do Rio Doce) e Vergílio Floriani Jr. (Grupo Cikel).

identificação com uma “visão de sustentabilidade baseada na ideia de ecoeficiência” e pautada, também, pelos interesses econômicos da empresa:

A gente faz tudo para remunerar o capital. Que isso fique claro. O negócio da minha empresa é vender bem minério de ferro, ser a primeira empresa de logística do mundo e ser supercompetente em questões de energia. Como instrumentos para isso a gente tem a responsabilidade social, o comprometimento ambiental e a educação interna e externa, validada na lógica do mercado.” (ETHOS, 2005, p. 10)

Outras falas transcritas no mesmo documento nos levam a crer que, provavelmente, sejam a contraposição feita no debate por representantes de organizações da sociedade civil, destacando os limites da ecoeficiência:

A ecoeficiência surgiu com a mobilização social indutora da legislação ambiental na década de 70 e de 80. Nos países desenvolvidos, essa legislação chegou a virar um empecilho à competitividade. Em 1992, a ecoeficiência surgiu prometendo um mundo dourado: ganhar tanto dinheiro quanto possível e reduzir o impacto ambiental tanto quanto possível. Trata-se de um conceito completamente adaptado à lógica empresarial e industrial, à lógica da lucratividade, o que não diminui sua importância. A ecoeficiência é muito importante, particularmente para nós aqui no Brasil. Mas tem seus limites. (ETHOS, 2005, p. 11)

A capacidade de explorar as ambiguidades é uma característica de atores hábeis. Com isso, as posições contraditórias são divulgadas no mesmo documento como parte de uma agenda comum. Assim, os atores hábeis realizam a mediação entre grupos, se apresentando como neutros e se mostram ativos em vender uma identidade comum do grupo (FLIGSTEIN, 2007).

Em 2006, uma série de acontecimentos colocam o debate sobre mudanças climáticas na ordem do dia, entre eles, a publicação do Relatório Stern²⁰ e o lançamento do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, de Al Gore²¹. A Conferência Ethos 2006 teve como tema “o papel da empresa socialmente

²⁰ O Relatório Stern (do nome do seu coordenador, Sir Nicholas Stern, economista britânico do Banco Mundial) é um estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos, lançado em 2006. Uma das principais conclusões a que se chega no relatório é que com um investimento de apenas 1% do PIB Mundial se pode evitar a perda de 20% do mesmo PIB num prazo de simulação de 50 anos. (Fonte: verbete “Relatório Stern” em Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Relatório_Stern>. Último acesso em: 24 de fev. 2019)

²¹ “Uma verdade inconveniente” é um documentário, lançado em 2006, sobre a campanha do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, com o propósito de educar os cidadãos do mundo acerca do aquecimento global. O documentário recebeu cinco Oscars, incluindo o de melhor documentário. (Fonte: verbete “Uma verdade inconveniente”, em Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uma_Verdade_Inconveniente>. Último acesso em: 24 fev. 2019)

responsável em uma sociedade sustentável”. Merece destaque a fala do então presidente do Instituto, Ricardo Young, na abertura do evento:

O que vimos fazendo durante esses oito anos não foi suficiente para construir confiança no setor empresarial a fim de que ele possa desempenhar o seu importante papel na construção de uma sociedade sustentável. Essa Conferência começa sob esse desafio. O movimento em direção ao desenvolvimento sustentável não será sem dor. O importante não são as contradições e, sim, como nos preparamos para enfrentá-las (ETHOS, 2006).

A conferência contou com a presença de cerca de 1500 participantes, em 35 atividades, entre painéis, mesas temáticas e atividades culturais. Um exemplo do espaço de diálogo criado foi a mesa-redonda “Desmatamento na Amazônia – Como é possível evitar?”, que contou com representantes de grandes empresas que atuam na região, de organizações da sociedade civil e do governo²². A fala de João Paulo Capobianco, então Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, ilustra uma contraposição feita à exploração da região: “Há de se discutir, e muito, a realidade socioambiental dessa região do País que, desde os anos 60, vem sofrendo um duro processo de degradação e onde hoje vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, a maioria deles na condição de pobreza absoluta” (ETHOS, 2006). Entre as atividades culturais, foi exibido o filme “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, que faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social de fachada. A exibição foi seguida por um debate com o diretor, que não poupou críticas ao setor empresarial: “vocês são todos predadores” (ETHOS, 2006). A conferência, portanto, foi um momento de interação simbólica (FLIGSTEIN, 2007), onde mais uma vez atores empresariais foram colocados em diálogo com atores de outros campos que questionam suas ações, demonstrando um esforço da direção do Instituto Ethos em incentivar as empresas a refletirem sobre seu papel na construção de uma sociedade sustentável.

Neste mesmo ano, foi redigido por Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo, e Ricardo Young, presidente do Instituto, o manifesto “Em Defesa do Desenvolvimento Sustentável”, distribuído para vários setores da sociedade,

²² Participaram Sergio Amoroso, presidente do Grupo Jari-Orsa, Sergio Barroso, presidente da Cargil Agrícola S.A., Maurício Reis, diretor do Departamento de Gestão Ambiental e Territorial da Companhia Vale do Rio Doce, Eugenio Scannavino Neto, coordenador-geral do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental do Projeto Saúde e Alegria, e João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente (ETHOS, 2006).

incluindo políticos, jornalistas e empresários (Entrevistado 2, em 22 nov. 2018). O documento alertava para o risco que a humanidade corre se não houver uma transformação radical no modelo de desenvolvimento adotado, com o objetivo de iniciar a conscientização da sociedade. Fazia referência à ausência do debate sobre desenvolvimento sustentável na última campanha presidencial, que, em outubro de 2006, havia reeleito Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse momento, dominou a visão de crescimento econômico como solução para todos os problemas nacionais. Criticando essa omissão política, o Instituto Ethos assume o compromisso de não economizar esforços para colocar o desenvolvimento sustentável como verdadeiro projeto para o Brasil, destacando as seguintes propostas:

- *Ampliar os canais de diálogo* com a sociedade civil e com os governos para reforçar o *compromisso do setor empresarial com outro modelo de desenvolvimento*;
- Empreender esforços para *aprofundar e reconhecer*, no mercado e na sociedade, *alternativas concretas de processos, produtos e serviços* de baixo impacto ambiental, inovadores e promotores da inclusão social;
- *Convocar seus associados e as empresas líderes em responsabilidade corporativa* para realizar um esforço extraordinário de *construção de uma estratégia para a sociedade brasileira* baseada nessas premissas, bem como para aprofundar o desenvolvimento sustentável como estratégia para o país. (ETHOS, 2006)

A visão de sustentabilidade presente neste manifesto, portanto, é distinta da enunciada na agenda ambiental construída pelas empresas em 2005. Enquanto as empresas focavam na perspectiva da ecoeficiência, a direção do Instituto Ethos buscava ampliar os compromissos do campo empresarial com um projeto político capaz de transformar o modelo de desenvolvimento. O manifesto faz enunciados amplos, no entanto, é visível nos anos seguintes um esforço de politização das ações do instituto pelo desenvolvimento sustentável, para além da visão da autorregulação. Este esforço esteve presente na ampliação da atuação sobre políticas públicas, como revela sua participação ativa na elaboração de propostas para a Conferência das Nações Unidas para o Clima em 2009 (COP15) e na criação de uma Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável em 2011. Além disso, após o manifesto, Oded Grajew, Ricardo Young e Guilherme Leal, fundadores do Instituto Ethos, se envolveram ativamente na criação do Instituto São Paulo Sustentável, que viria a atuar com políticas públicas municipais, como será analisado no item 5.3.

Em 2009, o Instituto Ethos teve participação ativa na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 15). A partir da formação de um grupo de trabalho foi elaborada a “Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas”, assinada por 27 empresas²³. O documento traz compromissos voluntários das empresas com os esforços para a redução dos impactos das mudanças climáticas e propostas de políticas para o governo brasileiro. Os compromissos assumidos pelas empresas à época foram:

- A. *Publicar* anualmente o *inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE)* de nossas empresas, bem como as *ações para mitigação* de emissões e *adaptação* às mudanças climáticas.
- B. Incluir como *orientação estratégica no processo decisório de investimentos* a escolha de opções que promovam a redução das emissões de GEE nos nossos processos, produtos e serviços.
- C. Buscar a *redução contínua de emissões específicas de GEE* e do balanço líquido de emissões de CO2 de nossas empresas por meio de ações de redução direta das emissões em nossos processos de produção, investimentos em captura e sequestro de carbono e/ou apoio às ações de redução de emissões por desmatamento e degradação.
- D. Atuar *junto à cadeia de suprimentos*, visando a redução de emissões de fornecedores e clientes.
- E. Engajar-nos *junto ao governo, à sociedade civil e aos nossos setores de atuação*, no esforço de compreensão dos *impactos das mudanças climáticas* nas regiões onde atuamos e das respectivas *ações de adaptação* (ETHOS, 2009, *grifos nossos*).

Essa mobilização empresarial deu origem ao Fórum Clima – Ação Empresarial sobre Mudanças Climáticas, que teve novo compromisso firmado em 2015, com adesão de 64 empresas. Posteriormente o Instituto Ethos também passou a fazer parte também da Iniciativa Empresarial em Clima (IEC)²⁴.

No início do ano de 2011, foi lançada a “Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável”. O documento seria resultado de processo de

²³ Signatárias: Vale; Grupo Pão de Açúcar; Companhia Brasileira de Distribuição Suzano Papel e Celulose; Vorantim Industrial; Fibria; Grupo Advento; Light; Natura Cosméticos; CPFL Energia; Camargo Corrêa; Andrade Gutierrez Construtora; OAS; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM); Coamo Agroindustrial Cooperativa; Polimix Concreto; Aopar Participações; Estre Ambiental; Odebrecht Engenharia e Construção; Grupo Orsa; Samarco Mineração; Nutritional; Walmart Brasil; Carrefour; Alcoa; Agropalma; Banco Bradesco; Amata. Apoio: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Fórum Amazônia Sustentável; Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SindiExtra); Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep); União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Movimento Nossa São Paulo; Rede de Cidades Sustentáveis.

²⁴ Fizeram parte da criação da Iniciativa Empresarial em Clima, junto com o Instituto Ethos, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Carbon Disclosure Project (CDP), Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas, Envolverde e Neomondo. (CEBDES, 2019)

consulta e debates com associados e parceiros do Instituto Ethos, reflexões do Conselho Internacional do Instituto Ethos e da 10ª Conferência Internacional da organização, bem como do diálogo com o Conselho Orientador do Plano Ethos 10 anos. A plataforma parte de um diagnóstico de potencialidades e desafios no contexto brasileiro, afirmando, mais uma vez, a necessidade de um projeto nacional voltado ao desenvolvimento sustentável, com destaque para propostas na área econômica:

muitas iniciativas dispersas e fragmentadas na sociedade, nos órgãos públicos e nas organizações do mercado que ganhariam centralidade na economia caso estivessem articuladas por um projeto nacional de desenvolvimento sustentável orientado por uma visão de futuro que aglutinasse e mobilizasse as forças transformadoras da sociedade numa direção convergente (ETHOS, 2011).

O documento reconhece que convencer empreendedores e investidores a aderir voluntariamente a padrões de sustentabilidade não era suficiente e argumenta que as boas práticas precisariam ser transformadas em regras, a ser consolidadas como padrão geral, por meio de regulações públicas e/ou autorregulação do mercado, com a necessária articulação com políticas públicas. Algumas das propostas apresentadas no documento foram:

- *Revisão do sistema tributário, com o objetivo de reduzir a carga tributária e, concomitantemente, viabilizar a precificação dos serviços ecossistêmicos, a internalização dos custos das externalidades socioambientais dos produtos e serviços e o aumento da competitividade dos custos da força de trabalho, das energias limpas e renováveis e dos modais de transporte mais eficientes;*
- *Diretrizes para os gastos e investimentos públicos que promovam o desenvolvimento de mercados para as tecnologias, produtos e serviços sustentáveis;*
- *Diretrizes para as empresas estatais, públicas e de economia mista para exercerem o papel de criar, pelo exemplo, padrões de referência para o mercado em políticas e práticas de sustentabilidade;*
- *Fomento da pesquisa e do investimento em inovação para a sustentabilidade;*
- *Programas governamentais de promoção da educação para a sustentabilidade e qualificação da força de trabalho para a economia verde;*
- *Produção e disseminação de métricas e critérios para auxiliar o mercado a selecionar empresas, tecnologias e produtos com atributos de sustentabilidade; e*
- *Sistemas de reconhecimento público e valorização das iniciativas e práticas de mercado inclusivas, verdes e responsáveis (ETHOS, 2011, grifos meus).*

O documento foi comentado pelo professor e economista Ladislau Dowbor em seu site, que fez uma crítica à proposta relacionada à redução da carga tributária, nos seguintes termos:

Importante a plataforma de discussão divulgada pelo Ethos. Pelo peso das corporações, as tragédias sociais e ambientais acumuladas não se resolverão sem que as empresas assumam um papel mais responsável. *Ponto escorregadio a considerar: onde está escrito na p. 16 “reduzir a carga tributária”, não é certamente o caso, a tarefa é “equilibrar a carga tributária”.* Vejam dados recentes do Amir Khair, com o crescimento econômico a carga tributária está em 33%, não é alta sob nenhum ponto de vista, mas sim pessimamente distribuída em termos de incidência, qualidade e gerenciamento do imposto, e precária na alocação. [...] (DOWBOR, 2011, *grifos meus*).

Foi no Instituto Ethos, portanto, que os atores empresariais estudados passaram a atuar coletivamente na agenda da sustentabilidade. O processo de construção dessa agenda foi se transformando, ao longo dos anos, e ganhando diferentes contornos, saindo de uma atuação pela autorregulação das atividades empresariais, na perspectiva da responsabilidade social empresarial, para uma perspectiva de projeto político pelo desenvolvimento sustentável, que passou a incluir políticas públicas, em especial políticas econômicas.

As lideranças do Instituto Ethos buscaram incluir a agenda da sustentabilidade na pauta empresarial, mas reconhecem que a lógica do lucro é o que move as empresas. Aqui se evidencia um limite da atuação das empresas em causas sociais e ambientais e a diferença que existe na motivação do engajamento de atores empresariais e atores do campo ambientalista. Esta diferença foi assim expressa por um entrevistado, ligado ao campo ambientalista:

Para quem se constituiu no campo ambientalista, a questão ambiental tem um valor intrínseco. Você não tem que justificar porque tem que conservar: se isso dá dinheiro, se isso dá lucro. É um valor muito importante para o pensamento ambiental, e que migrou para o socioambiental. As organizações que defendem a questão ambiental, as comunidades tradicionais, os povos indígenas, culturas diferenciadas que vivem em relação com a natureza, defendem o valor intrínseco dessas culturas, desses saberes, da natureza, da diversidade. (Entrevistado 4, em 28 nov. 2018)

Com a ampliação dos debates internos sobre temas ambientais no Instituto Ethos, se evidenciou uma limitada mudança na prática das empresas, a partir de uma visão de sustentabilidade focada na ecoeficiência, lógica que permite conciliar a

ideia de redução de impactos ambientais e a ampliação do lucro. Como visto no item 3.2 desta pesquisa, ao analisarmos diferentes correntes relacionadas à agenda econômica da sustentabilidade, a ecoeficiência se mostra limitada e insuficiente para as transformações que um projeto de desenvolvimento sustentável exige, já que o aumento da eficiência não garante a diminuição da escala, podendo ser compensada pelo aumento da produção e do consumo (VEIGA, 2012 e ABRAMOVAY, 2012).

A visão sobre sustentabilidade da direção do Instituto Ethos, no entanto, se mostrou mais avançada do que a das empresas associadas. A partir de 2006, o debate sobre desenvolvimento sustentável passou a ganhar um contorno mais político em seu interior. Além da publicação do manifesto em defesa do desenvolvimento sustentável, uma série de ações se voltam para ampliar o compromisso das empresas com as transformações necessárias, a exemplo daqueles estabelecidos na Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas (ETHOS, 2009) e, posteriormente, na Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável (ETHOS, 2011). Porém, o que se observa é que a mobilização das empresas em torno de uma agenda de políticas públicas para a sustentabilidade tem limites. As propostas avançam na perspectiva de fomento a novas práticas econômicas, quando não conflitam com a perspectiva de ampliação do lucro, mas não avançam nos debates relacionados a regulação pública sobre as atividades das empresas – ao menos não na proporção que os desafios para uma sociedade sustentável exigem.

De acordo com Fligstein (2007), “as pessoas que atuam como líderes em grupos devem estabilizar suas relações com os membros de seu próprio grupo para fazer com que ajam de forma coletiva e devem desenvolver seus movimentos estratégicos mais gerais na direção de outras organizações em seu campo ou domínio”. É o que verificamos na trajetória dos atores empresariais estudados. A atuação do Instituto Ethos foi fundamental para a criação de um novo campo empresarial, baseado na identidade comum da responsabilidade social corporativa e da defesa do desenvolvimento sustentável, possibilitando uma estabilização da relação com empresários e empresas. Posteriormente, seus líderes passaram a induzir a cooperação de outros atores sociais, por meio da criação de novas organizações, como veremos a seguir.

Quadro 4: Eventos que marcam a trajetória do Instituto Ethos na agenda da sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

5.2 Instituto Akatu pelo Consumo Consciente

O Instituto Akatu pelo Consumo Consciente foi criado em 2001, fruto de um projeto que surgiu dentro do Instituto Ethos e por iniciativa dos mesmos associados fundadores (Entrevistado 5, em 03 dez. 2018). Enquanto o Ethos tinha como foco induzir empresas a um comportamento socialmente responsável, o Akatu surge com a intenção de “induzir os consumidores a valorizarem a responsabilidade social como fator de competitividade entre as empresas” (ETHOS, 2006). Sua missão é definida da seguinte maneira:

Contribuir para a transição acelerada para estilos sustentáveis de vida, inspirados em uma sociedade do bem-estar e viabilizados por modelos sustentáveis de produção e consumo, de forma a ter a população brasileira mobilizada nessa direção²⁵.

As principais formas de ação do Akatu são atividades de educação e campanhas de comunicação. Alguns materiais e campanhas seriam voltados para um público mais geral, mas o instituto passou a atuar também com públicos específicos, como jovens estudantes, desenvolvendo atividades de formação, e empresas, contribuindo para a identificação de oportunidades que pudessem levar “a novos modelos de produção e consumo, que respeitem o ambiente e o bem-estar, sem deixar de lado a prosperidade”²⁶.

²⁵ Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/sobre-o-akatu/>>. Último acesso em: 24 de fev. 2019.

²⁶ Idem.

As empresas são importante fonte de financiamento das atividades do Akatu, os apoiadores são divididos em diferentes categorias. Como exemplo, entre os apoiadores pioneiros destacados estão a HP, a Nestlé e os bancos Itaú e Santander²⁷. Mais uma vez, os atores empresariais estudados demonstram sua habilidade social, ao convergir a missão institucional de atuar na disseminação de hábitos de consumo consciente com os interesses das empresas financiadoras.

Desde a sua fundação, o Instituto realiza pesquisas periódicas sobre a percepção e comportamento do consumidor brasileiro. A pesquisa foi realizada pela primeira vez pelo Instituto Ethos, com foco na percepção do consumidor a respeito da responsabilidade social das empresas e, com a criação do Akatu, passou a ser realizada em parceria pelas duas organizações, incorporando também um olhar sobre o comportamento dos consumidores. Os resultados das pesquisas foram diversas vezes apresentados nas conferências anuais do Instituto Ethos, como forma de mostrar a evolução da consciência sobre o consumo dos brasileiros.

As pesquisas buscam classificar os consumidores segundo o grau de consciência no consumo – os comportamentos variam entre indiferentes, iniciantes, engajados e conscientes. Em 2012, a realização da pesquisa recebeu patrocínio do Grupo Pão de Açúcar, da Natura, Nestlé e Unilever (AKATU, 2012). A apresentação da pesquisa, que recebeu o título “Rumo à sociedade sustentável”, trazia a seguinte visão sobre sustentabilidade e o papel do Instituto Akatu:

Trata-se de transitar do *atual modelo de desenvolvimento* – ancorado na expansão da economia a partir do crescimento contínuo do consumo “a qualquer custo” – para uma *nova forma de organização da economia e das relações sociais* que, reconhecendo as limitações impostas por um planeta finito e o imperativo de prover adequadas condições de vida para a grande parcela da população ainda alijada do mercado, venha a direcionar sua expansão para a *qualidade em detrimento da quantidade, e para o desfrute e o bem-estar em detrimento do acúmulo consumista*. (AKATU, 2012)

Em 2004, o Instituto Akatu iniciou sua atuação nas áreas de comunicação e educação. Na área de comunicação, foram realizadas diversas campanhas, a

²⁷ O site do Instituto Akatu ainda aponta como apoiadores: as fundações Avina e W. K. Kellogg; apoiadores estratégicos: Brakem, Grupo Pão de Açúcar e Unilever; apoiadores mantenedores: Coca Cola e Ypê; apoiadores institucionais: Capitalismo Consciente Brasil; Demarest Advogados; DPZ&T; GARDZ&GNEXT, Rede Globo, Ideia Sustentável, In Press | Porter Novelli, Instituto Ethos, Integration, Microsoft e Pwc; apoiar master: KPMG; apoiadores beneméritos: BASF, DOW, Faber-Castell, Grupo Boticário, Klabin e TIM; e apoiadores ouro: Alcoa, McDonald's, Porto Seguro, Promom engenharia, RL higiene e Syngenta. Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/apoiadores/>>. Último acesso em 24 de fev. 2019.

exemplo da realização de quadros sobre consumo consciente pelo programa de televisão Fantástico, da Rede Globo.²⁸ O relatório de atividades da organização referente a 2017 destaca o equivalente a um investimento de 27 milhões de reais, em um total de 1181 inserções no ano, por meio de entrevistas e conteúdos editoriais, nos mais diversos veículos (AKATU, 2017).

Dentro de sua aposta na educação para o consumo, desenvolveu metodologias pedagógicas e realizou atividades de formação em parceria com universidades e empresas. A organização defende a inserção da educação para o consumo nas escolas para a formação de novas gerações de consumidores. Neste sentido, em 2013, lançou a plataforma Edukatu, uma rede de aprendizagem voltada para escolas públicas e privadas de ensino fundamental de todo o Brasil. A plataforma contava, em 2017, com 28 mil alunos inscritos e 7,5 mil professores (AKATU, 2017).

Em 2017, o Akatu participou ativamente das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), encaminhando uma série de sugestões relacionadas à educação para o consumo, que foram em grande parte acolhidas na versão aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) (Entrevistado 5, em 03 dez. 2018). Entre as principais contribuições se destacam as seguintes propostas:

- Inclusão da palavra “consumo consciente” em suas competências gerais, que são uma espécie de fio condutor de todo o documento.
- Inserção do tema “consumo consciente” no 1o ano do Ensino Fundamental. Na área de Ciências, foi sugerido o acréscimo de texto: “comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, seu descarte, e como usá-los de forma mais consciente”.
- Para o 2º ano do Ensino Fundamental, a proposta de inserção aconteceu em Geografia, sobre mobilidade: “comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir o seu uso mais consciente de modo a reduzir os riscos para a vida e para o meio”.
- No 6º ano do Ensino Fundamental II, em Matemática, o Akatu propôs o texto: “Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, consumo consciente, trânsito, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões”.
- Para os 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, em Ciências, a sugestão foi a abordagem do consumo consciente e da produção sustentável como ações de combate às mudanças climáticas e ao aquecimento global (AKATU, 2017).

²⁸ Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/linha-do-tempo/>>. Último acesso em 24 de fev. 2019)

A atuação do Instituto Akatu com o objetivo de induzir consumidores a valorizar empresas socialmente responsáveis contribuiu para a reprodução e estabilização do campo de ação estratégica do Instituto Ethos (FLIGSTEIN, 2007). Com isso, os atores empresariais estudados fortaleceram sua liderança e sua imagem em defesa do desenvolvimento sustentável não apenas perante empresas, mas também perante atores ligados a outros setores, como escolas, universidades, órgãos de imprensa e organizações da sociedade civil.

O foco na educação para o consumo incentiva os cidadãos a influenciar o mercado no sentido da sustentabilidade pelo direcionamento do poder de compra. Com isso, apostam que uma mudança no comportamento dos consumidores forçaria a adaptação das empresas a novos padrões de produção, que considerasse a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente. Esta estratégia é questionada por Mônica Bierwagen (2016), que relaciona o aprimoramento das técnicas de gestão do consumo à ideia da ecoeficiência, sem que haja uma politização da relação consumo-sustentabilidade e o enfrentamento das questões estruturais de desigualdade que estão no cerne da crise ambiental.

A incidência política do Instituto Akatu se voltou para a educação para o consumo, com o oferecimento de apoio pedagógico para as redes pública e privada de ensino, bem como buscando pautar a inclusão deste tema como conteúdo curricular obrigatório por meio da Base Nacional Comum Curricular. Com isso, pretendem avançar no projeto de que a escola seja o lugar de formar uma nova geração de consumidores, com novas referências para suas escolhas. No entanto, mesmo com a incorporação destes conteúdos pela nova regulamentação, ainda são grandes os desafios para sua implementação em escala nacional.

Quadro 5: Eventos que marcam a trajetória do Instituto Akatu

Fonte: Elaboração própria

5.3 Instituto São Paulo Sustentável

O Instituto São Paulo Sustentável (ISPS) foi fundado em 2007, inspirado em uma experiência colombiana. Naquele ano, a Fundação Avina²⁹ havia convidado um grupo de lideranças sociais e empresariais brasileiras para uma viagem à Colômbia, onde foi apresentada a experiência do movimento Bogotá cómo vamos³⁰. A constituição colombiana estabeleceu um instrumento de planejamento e controle social que obriga os candidatos eleitos a apresentarem um Plano Nacional de Desenvolvimento com objetivos de longo prazo, metas, estratégias e orientações gerais da política econômica, social e ambiental. A prática dos Planos de Desenvolvimento foi replicada em legislações locais, como foi o caso da cidade de Bogotá. O movimento Bogotá Cómo Vamos foi criado em 1997 por um grupo da sociedade civil para monitorar o Plano de Desenvolvimento da cidade (FIABANE, 2011).

Oded Grajew, um dos fundadores do Instituto Ethos, estava entre as lideranças que foram conhecer a experiência colombiana e, quando retornou, assumiu a articulação de uma iniciativa semelhante na cidade de São Paulo. Grajew foi um dos idealizadores do Fórum Social Mundial e já vinha fazendo uma reflexão de como poderia articular movimentos e organizações da sociedade civil da cidade (FIABANE, 2011). Desta forma, se iniciou a gestação do Movimento Nossa São Paulo – que posteriormente viria a se chamar Rede Nossa São Paulo. Para oferecer suporte operacional e jurídico ao movimento foi criado o Instituto São Paulo Sustentável e para orientar as ações do movimento foi criado um Colegiado de Apoio, formado por lideranças voluntárias (FIABANE, 2011).

O Instituto São Paulo Sustentável tem como um de seus principais objetivos: “estimular o comprometimento dos governos municipais e a participação da sociedade com a agenda de desenvolvimento sustentável, por meio da construção de programas e políticas públicas e do controle social de sua implementação”

²⁹ A Fundação Avina tem como objetivo produzir transformações em grande escala para o desenvolvimento sustentável, através da construção de processos de colaboração entre atores de diferentes setores para impactar de forma positiva os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.avina.net/avina/pt/>>. Último acesso em: 24 fev. 2019.

³⁰ Disponível em: <<http://www.bogotacomovamos.org>>. Último acesso em: 24 fev. 2019.

(ISPS³¹). Quando criado, teve como primeiro Diretor Presidente Oded Grajew e como membros do Conselho Deliberativo Guilherme Leal e Ricardo Young (ISPS³²).

O Colegiado de Apoio seria uma instância para refletir sobre os rumos do movimento, formado por lideranças ligadas a empresas, ONGs e organizações comunitárias. No ano de 2010, por exemplo, este colegiado era formado por Ana Moser (Instituto Esporte Educação), Anamaria Schindler (Instituto Arapyaú), Beloyanis Bueno Monteiro (Fundação SOS Mata Atlântica), Carmem Cecília de Souza Amaral (Pastoral Fé e Política), Chico Whitaker (CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz), Danilo Miranda (SESC São Paulo), Denis Mizne (Instituto Sou da Paz), Eduardo Ferreira de Paula (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), George Winnik (GT Trabalho e Renda), Gilberto de Palma (Instituto Ágora), Jorge Kayano (Instituto Polis), Jorge Luiz Numa Abrahão (UniEngenharia/Cives/Ethos), Jorge Wilhelm (JWCA), José Vicente (Afrobras - Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural), Luiz Antonio de Souza Amaral (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB), Marco Antonio Ramos de Almeida (Associação Viva o Centro), Maria Alice Nassif (SESC-SP), Mauricio Piragino (Escola de Governo), Odilon Guedes (Instituto Pólis/Faculdade Oswaldo Cruz), Padre Jaime Crowe (Sociedade Santos Mártires), Padre Ticão (Paróquia São Francisco de Assis), Ricardo Vacaro (RL Hiegiene), Salete Camba (Instituto Paulo Freire), Sérgio Haddad (Ação Educativa), Sérgio Mauro (Instituto Socioambiental) (FIABANE, 2011).

O envolvimento de empresas com o Instituto São Paulo Sustentável e com o Movimento Nossa São Paulo se deu tanto no financiamento de suas ações, como na participação direta em algumas discussões sobre a cidade, a exemplo de debates sobre resíduos sólidos e mobilidade urbana³³. De acordo com Danielle Fiabane (2011), entre os financiadores e membros do chamado Conselho de Associados Organizacionais estavam as seguintes empresas e organizações: Acionistas Natura, Alcoa, Autoban, Sistema CCR, Banco Bradesco, Banco HSBC, Banco Itaú, Banco Real, ABN Amro, Banco Safra, Banco Santander, Brasilprev, C&A, Camargo Correa, Cia. Suzano, Construtora Norberto Odebrecht, Coteminas, Estapar, Grupo Orsa,

³¹ Fonte: Estatuto do Instituto São Paulo Sustentável. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/sites/default/files/arquivos/estatuto.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

³² Fonte: Ata de Constituição do Instituto São Paulo Sustentável. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/ata-atualizada.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

³³ Fonte: Site do Instituto Ethos. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/mudanca-do-clima/>. Último acesso em 24 fev. 2019.

Grupo Pão de Açúcar, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, JHSF, Nestlé, Porto Seguro, Promon, Sagatiba, Serasa, Telefônica, Tintas Coral, Unibanco, Vivo, Votorantim, VR, Wal-Mart.

Uma das primeiras conquistas do movimento foi a aprovação de alteração na Lei Orgânica do Município, que passou a obrigar o candidato eleito a cargo executivo a apresentar um Plano de Metas para todas as políticas públicas. A experiência foi reproduzida em dezenas de municípios, o que deu origem à Rede Social por Cidades Justas e Sustentáveis (PEREIRA, 2019).

Nas eleições de 2008 para a Prefeitura de São Paulo, o Movimento Nossa São Paulo apresentou um documento com mais de 1500 propostas dos cidadãos e 10 propostas selecionadas pelo Movimento, que foram apresentadas a 8 dos 11 candidatos à prefeitura em reunião pública realizada no Sesc Consolação. As propostas selecionadas diziam respeito ao cumprimento da legislação atinente ao Plano de Metas e à construção de indicadores para a cidade (RONEY, 2008).

Pouco tempo depois, ao assumir a prefeitura, em 2009, o prefeito Gilberto Kassab apresentou seu plano com 223 metas para a gestão municipal, em cumprimento às novas regras estabelecidas pela Lei Orgânica do Município. O movimento também passou a realizar pesquisa periódica sobre a percepção da população em relação aos principais indicadores de qualidade de vida na cidade (FIABANE, 2011). A partir dos resultados da experiência municipal, os atores empresariais estudados passaram a reproduzir a experiência em âmbito nacional, reunindo pessoas para a criação de uma plataforma de propostas aos candidatos à presidência da república em 2010. Neste contexto, tiveram início, em 2009, as discussões do movimento denominado Brasil com S, analisado no item 5.4.

Em 2011, com foco no processo eleitoral municipal de 2012, a Rede Nossa São Paulo, em parceria com o Instituto Ethos, lançou o Programa Cidades Sustentáveis. O programa incluía uma agenda de sustentabilidade urbana, em 12 eixos temáticos³⁴, um conjunto de 260 indicadores, um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais e cartas-compromisso para candidatos a

³⁴ Os eixos temáticos do Programa Cidades Sustentáveis são: Governança; Bens Naturais Comuns; Equidade, justiça social e cultura de paz; Gestão local para a sustentabilidade; Planejamento e desenho urbano; Cultura para a sustentabilidade; Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; Economia local, dinâmica, criativa e sustentável, consume sustentável e opções de estilo de vida; Melhor mobilidade, menos tráfego; Ação local para a saúde; e Do local para o global.

cargos executivos e legislativos, envolvendo a elaboração de diagnósticos de políticas públicas e divulgação de indicadores periodicamente.

Com a criação do Movimento Nossa São Paulo e do Instituto São Paulo Sustentável, os atores empresariais estudados passaram, portanto, a exercer uma importante influência sobre o debate de políticas públicas municipais. Mais uma vez esses atores demonstraram habilidade social em envolver empresas, tanto no financiamento das atividades do instituto, quanto nos debates propostos. No entanto, houve uma grande ampliação dos setores envolvidos no campo de ações, em especial com a participação de ONGs e lideranças populares.

O Programa Cidades Sustentáveis criou referências importantes para estimular o acompanhamento da implementação de políticas nos municípios, norteadas por uma visão de desenvolvimento sustentável. Entre seus 12 eixos temáticos, estão presentes de forma transversal questões econômicas, sociais e ambientais, ligadas à diminuição das desigualdades, melhoria no uso de recursos naturais e energéticos.

Mesmo reconhecendo a importância de serem criadas referências para o controle social de políticas públicas na cidade, é necessário ressaltar alguns limites, no que tange às mudanças que esta agenda é capaz de promover em uma transição para a sustentabilidade. Em primeiro lugar, a amplitude da agenda, com a criação de 260 indicadores, em 12 eixos, torna bastante complexa a tarefa de monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais. Apesar de incorporar entre os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis um eixo relacionado à economia, o debate sobre novas formas de produção e consumo se dilui entre outros temas relacionados à qualidade de vida nas cidades.

Quadro 6: Eventos que marcam a trajetória do Instituto São Paulo Sustentável

Fonte: Elaboração própria

5.4 Instituto Democracia e Sustentabilidade

A partir da experiência do Movimento Nossa São Paulo e seu impacto nas eleições municipais, em 2008, os atores empresariais estudados passaram a reproduzir a experiência em âmbito nacional. Em 2009, reuniram pessoas ligadas ao campo social e ambiental³⁵ para discutir a conjuntura nacional e a ideia de construção de uma plataforma com propostas da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável, a ser apresentada aos candidatos nas eleições do ano seguinte. Desse encontro surgiu o movimento chamado Brasil com S.

Entre os participantes, estavam Marina Silva e um grupo que, com ela, havia deixado o Ministério do Meio Ambiente, em maio de 2008. A saída do ministério se deu por uma série de fatores que indicavam uma mudança estratégica do governo Lula com relação à agenda da sustentabilidade. Entre eles, a agenda de desenvolvimento na Amazônia e tensões relacionadas ao licenciamento de obras do

³⁵ Além dos empresários, participaram de reuniões da articulação Beto Ricardo, Marcio Santilli, Marussia Whately (Instituto Socioambiental); Paulo Itacarambi (Instituto Ethos); Anamaria Schindler (Fundação Avina); Maria Alice Setubal (Cenpec); José Eli da Veiga (Economista); Ricardo Henriques (Economista); Chico Whitaker (Ativista social e político); Marina Silva; João Paulo Capobianco; Tasso Azevedo; Bazileu Margarido; Pedro Ivo Batista e Maristela Bernardo. (MOVIMENTO BRASIL COM S, 2009)

Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo das hidrelétricas de Santo Antonio e Girau, no Rio Madeira (THUSWOLHL, 2008).

Havia, por parte de membros do movimento, preocupação com uma agenda econômica governamental pouco transparente. Grandes grupos econômicos estavam recebendo empréstimos via BNDES a juros subsidiados, em uma agenda de infraestrutura³⁶, ligada ao PAC, e de exportação de alimentos, ligada ao agronegócio.

Próximo ao fim do segundo mandato do governo Lula, o Movimento Brasil com S fazia uma avaliação dos governos anteriores, ligados ao PSDB e ao PT, buscando identificar os principais desafios de uma próxima gestão. Havia o reconhecimento de avanços econômicos e sociais no país, a exemplo do controle da inflação com uma consequente estabilidade econômica e de uma importante diminuição das desigualdades. Um dos desafios colocados seria lidar com a crise financeira internacional de 2008, que se anunciava com a falência do banco de investimentos estadunidense, Lehman Brothers. Nas palavras de um dos membros do movimento:

O que nós dizíamos era: temos uma crise ambiental de proporções gigantescas, como vai resolver não sabemos. Temos uma crise econômica que se avizinha (e que bateu a porta muito rapidamente com uma dimensão até maior do que a gente imaginava). Nós tivemos 20 anos de grandes avanços. Tivemos Constituinte, crescimento da classe média (...) O Brasil é uma potência ambiental e uma potência agrícola. Como ele pode ter um protagonismo maior? Como ele pode ter mais prosperidade, usando sua competência de produtor de alimentos e de grande reserva ambiental do mundo? (Entrevistado 6, em 06 dez. 2018)

Um manifesto foi redigido a partir da visão compartilhada pelo grupo, convidando a sociedade a se engajar no movimento. O título do manifesto era “O Brasil que queremos”, mesmo título dado ao projeto nacional apresentado pelos empresários que participavam do PNBE nos anos 1990, mas o novo documento tinha uma visão do país bastante diferente e foi redigido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, com contribuições do grupo.

O manifesto convidava a sociedade a repensar os caminhos tomados pelo país em busca de solução aos problemas econômicos e sociais. Reconhece a

³⁶ Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20081218_not232_08>. Último acesso em: 24 fev. 2019.

importância dos brasileiros terem vislumbrado, nos anos anteriores, um país um pouco menos injusto e desigual, mas, em seguida, faz uma crítica ao caminho trilhado com um “crescimento predatório, ecologicamente perdulário, irresponsável, de curto alcance histórico”. A saída apontada não estaria na busca de um desenvolvimento semelhante a países “hipercapitalistas”, como a Índia ou a China faziam, não percebendo que “a miséria, a fome e a injustiça, não são o fruto do caráter ainda parcial e incompleto da marcha do progresso, mas seus produtos, e continuarão crescendo mais e mais enquanto a marcha prosseguir no rumo em que vai” (O BRASIL QUE QUEREMOS, 2009).

Em seguida, o manifesto fazia uma comparação entre dois projetos políticos conflitantes no país, apontando como a visão de desenvolvimento sustentável defendida pelos atores envolvidos no Movimento Brasil com S se opunha a outro projeto de desenvolvimento, representado especialmente pelos defensores do agronegócio e por aqueles que entendem desenvolvimento como aumento do consumismo:

[...] Pois para essa reinvenção do Brasil é preciso muito entusiasmo e muita imaginação, mas também muita humildade ao mesmo tempo, começando pela disposição em reconhecer que o Brasil não é apenas um país diverso: é também um país dividido, que não está de forma alguma unido em torno de um “projeto nacional”. Pois projeto nacional, se há, é uma dissonância: o Brasil imaginado pelos mega-plantadores de soja, pelo donos de fazendas de gado do tamanho de pequenos países, ou ainda por aquela classe média que sonha em comprar seu segundo utilitário esportivo para ir às compras no shopping, nos intervalos de seus passeios em Miami — esse não é o Brasil que nós, pelo menos, imaginamos. O Brasil que imaginamos é o Brasil da floresta em pé, do desenvolvimento sustentável — sustentável para valer, um desenvolvimento que não confunde aceleração do crescimento econômico com aumento da felicidade humana, da agricultura doméstica e orgânica, do pequeno fazendeiro, dos camponeses, dos quilombolas, dos índios, das minorias em geral; este é o Brasil das indústrias limpas e eficientes, da economia inteligente de recursos, da busca séria de fontes alternativas de energia, do cuidado solícito e intenso com a qualidade de suas águas; o Brasil da reciclagem, da frugalidade criativa, da consciência da necessidade de não ser os Estados Unidos ou a Europa, da atenção para o que vai se passando no mundo, com o mundo, por nossa causa. Prosperidade não é desperdício, desenvolvimento não é crescimento (O BRASIL QUE QUEREMOS, 2009).

Com isso, desenhava-se a criação de um movimento suprapartidário, aberto e plural, que buscava uma nova síntese nacional, baseada na “sustentabilidade socioambiental”. O grupo indagava-se sobre a forma que deveria adquirir o movimento e como poderia ampliar suas bases. Cogitava-se a realização de

reuniões setoriais, com a presença de políticos, empresários, artistas e comunicadores. Foi criada então uma pessoa jurídica, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que teria o papel de oferecer apoio técnico e operacional ao movimento, a exemplo do papel exercido pelo Instituto São Paulo Sustentável com relação ao Movimento Nossa São Paulo. Nas palavras de um dos entrevistados, o Movimento Brasil com S e o Instituto Democracia e Sustentabilidade se formaram “quando a gente olha e diz: nós estamos perdendo a batalha da sustentabilidade na política” (Entrevistado 2, em 22 nov. 2018).

Em agosto de 2009, o Partido Verde (PV), por intermédio do então deputado federal Alfredo Sirkis, convidou Marina Silva a ser sua candidata à presidência da república. Existia à época uma conjunção de fatores que impulsionavam a candidatura: a decisão do PV de lançar uma candidatura própria, uma articulação que havia sido lançada via redes sociais com o nome Movimento Marina Silva Presidente, que reunia milhares de simpatizantes à sua candidatura, e o Movimento Brasil com S, que fazia o debate sobre a necessidade de pautar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável nas eleições. Marina Silva se reuniu, então, com representantes do Movimento Brasil com S para ouvi-los sobre a possível candidatura e decidiu aceitar o convite. Alguns dias depois, convidou Guilherme Leal para ser candidato a vice-presidente e Ricardo Young, outro membro do movimento, a ser candidato ao Senado Federal pelo Estado de São Paulo. Ambos aceitaram.

A princípio, os membros do movimento decidiram dar continuidade às atividades, mantendo sua natureza apartidária, com a elaboração de uma plataforma de propostas a ser apresentada a todos os candidatos. O IDS iniciou suas atividades, definindo sua missão da seguinte maneira: “ser um ator relevante da sociedade civil nos processos locais, regionais e nacionais para construção de um novo acordo social que tenha a democracia e sustentabilidade como valores centrais”. Seu conselho diretor era formado por: Marina Silva (Presidente), Guilherme Leal, João Paulo Capobianco, Beto Ricardo, Luiz Eduardo Soares e Maristela Bernardo. Entre os primeiros associados, além de Oded Grajew e Ricardo Young, havia diversas pessoas ligadas a organizações ambientalistas, como Adriana Ramos, Ana Valéria Araújo e Marcio Santilli (ISA - Instituto Socioambiental), Suzana Pádua (IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas) e Beto Veríssimo (Imazon)³⁷. As

³⁷ Também configuraram entre os primeiros associados efetivos: Alfredo Sirkis, André Lima, Bazileu Margarido, Carlos Vicente, Maria Alice Setubal, Muriel Saragoussi, Pedro Leitão e Roberto Kishinami.

atas de reunião do Instituto também mostram um levantamento preliminar de nomes indicados para a composição de um conselho científico, com especialistas de diversas áreas de conhecimento³⁸.

Com a aproximação do período de campanha eleitoral, porém, iniciou-se um conflito entre a agenda de mobilização para a elaboração do programa de governo e a agenda do movimento e do instituto. Com isso, as atividades desses últimos foram suspensas, para serem retomadas após as eleições. A candidatura de Marina Silva e Guilherme Leal surpreendeu por ter recebido quase 20 milhões de votos, alcançando o terceiro lugar na disputa eleitoral, da qual Dilma Rousseff (PT) venceu.

Após as eleições, uma série de conflitos emergiu no interior do PV. Existia uma forte pressão daqueles que ingressaram no partido em 2009 para que houvesse uma democratização e renovação de suas estruturas. No entanto, o grupo encontrou bastante resistência por parte de dirigentes para que isso acontecesse. Com isso, em 2011, foi anunciada uma desfiliação coletiva do PV e iniciou-se um ciclo de debates sobre a conveniência e oportunidade de criação de um novo partido político. A formação do novo partido foi defendida por Alfredo Sirkis e parte daqueles que estiveram no PV, ligados à campanha de Marina Silva. Os membros provenientes da ala empresarial colocaram-se contra a formação de mais um partido, considerando que a continuidade do projeto poderia se dar em partidos já existentes.

Com a divergência quanto aos caminhos políticos a serem adotados, um grupo passou a liderar a construção de um novo partido político, a Rede Sustentabilidade (REDE), enquanto os atores empresariais se engajaram na criação de uma iniciativa suprapartidária para formação de lideranças políticas, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).³⁹

³⁸ Entre os nomes indicados para o conselho científico estavam: Adalberto Veríssimo (Biodiversidade/Amazônia); Ademar Romeiro (Economia Ecológica, Unicamp); Bertha Becker (Geografia/Amazônia, UFRJ e ABC); Carlos Nobre (Clima/Amazônia, INPE e ABC); Claudio Pádua (Biodiversidade, Escas); Eduardo Viola (Ciência Política/RI/Clima, UnB); Eduardo Viveiros de Castro (Antropologia/Amazônia, Museu Nacional); Gilberto Tadeu Lima (Macroeconomia, USP); Ignacy Sachs (Ecosocioeconomia, EHESS, Paris); Luiz Eduardo Soares (Ciência Política/DH, UERJ); Manuela Carneiro da Cunha (Antropologia/Amazônia, Univ.Chicago); Paulo Kageyama (Biodiversidade, ESALQ/USP); Peter May (Economia Ecológica, ISEE, UFRJ); Philip M. Fearnside (Biodiversidade/Amazônia, INPA); Ricardo Abramovay (Sociologia, USP); Rubens Ricúpero (Ciência Política/RI, FAAP); Sergio Abranches (Ciência Política/RI/Clima, UFRJ).

³⁹ Em 2012, Ricardo Young se candidatou e foi eleito vereador da cidade de São Paulo pelo Partido Popular Socialista (PPS). Mesmo tendo sido a princípio contrário à criação do partido Rede Sustentabilidade, foi um de seus filiados fundadores, em 2013, e foi candidato a Prefeito da Cidade de São Paulo por ele, em 2016.

O Instituto Democracia e Sustentabilidade se manteve ativo, mesmo após a criação da Rede Sustentabilidade e da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. No ano de 2013, intensificou seus debates programáticos e lançou uma nova versão da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, com 349 propostas, distribuídas em 7 eixos temáticos e 15 propostas de prioridade máxima, identificadas como as que teriam maior potencial de contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na democracia e na sustentabilidade:

Quadro 7: Propostas de prioridade máxima da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável

Eixo 1 - Economia para uma sociedade sustentável
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer a gestão estratégica dos recursos naturais renováveis como base de todo processo de desenvolvimento do país, que deve ser orientado para atingir o objetivo de desmatamento zero de vegetação nativa primária e secundária, em estágio avançado de regeneração em todos os biomas brasileiros, ressalvadas situações de premente interesse público. 2. Criar uma política nacional energética que contemple: eficiência energética, redução do consumo, diversificação da matriz, promoção da transformação das empresas distribuidoras de energia em empresas de serviços de energia.
Eixo 2 - Política cidadã baseada em princípios e valores
<ol style="list-style-type: none"> 3. Reforma do sistema político com valorização da democracia participativa e direta. 4. Reforma da gestão das instituições de Estado com adoção de: práticas de gestão em rede; cultura de inovação; redução drástica do número de cargos comissionados.
Eixo 3 - Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros
<ol style="list-style-type: none"> 5. Regulamentar sistema tarifário para repartir o custo do transporte coletivo com os usuários de veículos motorizados individuais e desonerar tributos sobre veículos híbridos, elétricos e não motorizados. 6. Promover articulação das políticas para urbanização, saneamento, moradia, adaptação às mudanças climáticas, proteção aos mananciais e promoção do bem-estar. 7. Elaboração de um plano nacional de redução de homicídios, com ênfase na prevenção e investigação dos crimes contra a vida
Eixo 4 - Educação para a sociedade do conhecimento
<ol style="list-style-type: none"> 8. Promover a formação cidadã do professor consoante com os desafios da contemporaneidade: sustentabilidade socioambiental, direitos humanos, com equidade, a partir de novos conhecimentos e saberes regionais e tradicionais, tecnologias apropriadas e novas formas de ensinar e aprender, priorizando os planos de carreira de magistério pelas redes de ensino, considerando como base o piso nacional. 9. Ampliar o investimento público em educação e criar mecanismos para viabilizar a participação social no monitoramento e controle deste recurso.
Eixo 5 - Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais

<p>10. Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas desses setores por meio de ações matriciais e territoriais, atraindo o setor empresarial e as organizações não-governamentais para participarem do esforço para erradicação da pobreza no Brasil.</p> <p>11. Instituir por lei um programa nacional para emancipação e integração de populações em situação de vulnerabilidade que integre os programas de transferência de renda aos programas e ações que ofereçam oportunidades de superação dessa situação. A gestão desse programa deve integrar as diferentes esferas administrativas e se integrar com o setor privado com transversalidade.</p>
Eixo 6 - Cultura e fortalecimento da diversidade
<p>12. Instituir educação em tempo integral que promova a intersecção das políticas de educação e cultura para que esta tenha papel relevante nas práticas pedagógicas, priorizando a multidisciplinaridade e reafirmando a importância da Cultura como campo de conhecimento, porém sem abordá-la de forma utilitária.</p> <p>13. Aprimorar e fortalecer programas de cultura, com base no reconhecimento dos territórios de diversidade socioambiental.</p>
Eixo 7 - Política externa para o século 21
<p>14. Posicionar-se como Estado/Sociedade líder nas discussões e negociações globais a respeito da promoção da sustentabilidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação as suas vulnerabilidades, incorporando os conceitos de Antropoceno e de limites planetários. Essa liderança internacional deve ser acompanhada da correspondente ação interna para incentivar uma economia de baixo carbono, inclusive promovendo a cooperação para a governança e gestão dos recursos naturais transfronteiriços.</p> <p>15. Reafirmar os princípios históricos democráticos da política externa adaptando-os às transformações aceleradas do mundo. A defesa do multilateralismo e da reforma democratizante das instituições internacionais deve ir acompanhada pelo reconhecimento da importância e potencialidades do G20, pela abertura em relação aos tratados plurilaterais e pela promoção da formação de alianças progressistas, por exemplo, com países descarbonizantes.</p>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de IDS (2014).

A perspectiva de influência sobre a agenda nacional da sustentabilidade, no IDS, completou um ciclo de esforços por um olhar mais sistêmico para o desenvolvimento sustentável. Apesar de mais uma vez ter se colocado o risco de diluição de temas centrais para a agenda da sustentabilidade em um amplo espectro de propostas políticas, houve um esforço de priorização de propostas.

A articulação liderada pelos atores empresariais estudados em torno do Movimento Brasil com S e da elaboração de uma plataforma nacional para o desenvolvimento sustentável foi inicialmente pensada como uma continuidade do processo de articulação municipal que aconteceu em torno do Movimento Nossa

São Paulo. O convite do PV para a candidatura de Marina Silva e o envolvimento de parte dos membros do Movimento Brasil com S com o processo eleitoral deu nova dimensão ao processo.

A experiência com o partido político foi permeada por tensões que levaram a uma crise com o grupo que havia se reunido em torno da candidatura. Essa crise teve como consequência a desfiliação do grupo do Partido Verde e a adoção de dois diferentes caminhos, que gerariam dois novos campos de ação. Parte do grupo se envolveu com a criação de um novo partido, a Rede Sustentabilidade, e outra parte de uma organização pluripartidária, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, que será analisada no item 5.5.

O Instituto Democracia e Sustentabilidade deu continuidade aos debates programáticos iniciados no processo eleitoral de 2010 e ao desenvolvimento da plataforma nacional de políticas públicas, reunindo diversos especialistas no processo de atualização da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. No entanto, esta nova versão da plataforma teve dificuldade de ganhar capilaridade social, visto que ele se deu de forma independente e paralela, tanto do processo que gerou o partido Rede Sustentabilidade, quanto do que gerou a organização pluripartidária Rede de Ação Política pela Sustentabilidade.

Quadro 8: Eventos que marcam a trajetória do Instituto Democracia e Sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

5.5 Rede de Ação Política pela Sustentabilidade

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) foi criada em 2012, inspirada na experiência de uma organização argentina chamada Fundación RAP (Rede de Acción Política)⁴⁰. Sua missão é contribuir para a melhoria do processo político e da democracia no Brasil, por meio da formação de uma rede de lideranças políticas. O financiamento da organização é feito por meio de doações de pessoas físicas ou pessoas jurídicas sem fins lucrativos⁴¹.

A RAPS adotou uma forma de atuação pluripartidária. Para isso, se utiliza de um conceito desenvolvido pela organização argentina na qual se inspirou, que denomina “amizade cívica”, cujo conceito se traduziria no vínculo estabelecido entre cidadãos, especialmente entre lideranças políticas, “a despeito das diferenças ideológicas e partidárias, com respeito, diálogo, cooperação e construção conjunta de valores, projetos e propostas de políticas públicas” (RAPS)⁴².

A proposta da organização nasce de um diagnóstico que aponta para uma crise de representação dos partidos políticos, que teriam perdido a capacidade de atrair e preparar novas lideranças para os cargos eletivos disponíveis, bem como de preparar os eleitores para escolhas informadas e para um engajamento além do voto. Por outro lado, estariam surgindo novos movimentos cívicos que se propõe a contribuir com a renovação das lideranças políticas. Sua proposta é contribuir para a melhoria da qualidade da democracia com uma rede de lideranças que construa uma visão compartilhada de desenvolvimento sustentável do Brasil (PREVIATO, 2018). Assim se posicionou um dos atores empresariais responsáveis pela criação da RAPS, quando questionado sobre a razão da criação de uma organização pluripartidária e não o apoio à criação de um novo partido:

Por que a escolha de fazer formação de lideranças e não de fazer um novo partido político? Porque o sistema político brasileiro estava esfacelado. Eu não quero apostar em um partido, eu quero apostar em uma causa. A minha causa é o compromisso com a sustentabilidade e com a prosperidade. Sustentabilidade lato senso – saúde, economia, habitação, saneamento, floresta, água etc. E acho que isso tem que ser transversal, não pode ser

⁴⁰ Disponível em: <<https://fundacionrap.org>>. Último acesso em: 24 fev. 2019.

⁴¹ De acordo com o site, a RAPS tem 545 doadores. Disponível em: <www.raps.org.br>. Último acesso em 24 fev. 2019.

⁴² Fonte: site da RAPS. “Quem somos”. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

monopólio do partido A ou do líder B. As pessoas tem que entender que estas coisas são conciliáveis. Então a minha opção foi de influir. Legal ser ongueiro, legal ser empresário responsável, mas sem a política a gente não muda. [...]

O que eu quero? O seu compromisso ético de transparência e de discutir o que é isso. Como a indústria concilia, como não concilia. Como se constrói um desenvolvimento mais justo, mais inclusivo, mais sustentável. Então foi a opção que eu tive de tentar dar a minha contribuição para que a política possa estar mais permeada por estes valores. No pressuposto de que na articulação horizontal entre os membros dos vários partidos possa surgir um clima mais propício para o desenvolvimento destas práticas. (Entrevistado 6, em 06 dez. 2018)

O trabalho desenvolvido pela RAPS envolve a seleção de lideranças. Para isso, aqueles que desejam ser “líderes RAPS” se inscrevem em um processo seletivo. Os selecionados passam a participar de atividades de integração e formação, voltadas para a organização de campanhas eleitorais, o planejamento e exercício de mandatos e para a agenda da sustentabilidade.

Nesse sentido, o fortalecimento institucional dos valores e princípios da sustentabilidade é um dos eixos de atuação da organização. A organização busca incentivar que as lideranças ampliem seus conhecimentos sobre os princípios do desenvolvimento sustentável e também consigam traduzi-los em políticas públicas, conciliando teoria e prática. (PREVIATO, 2018)

A formação da primeira turma de líderes RAPS aconteceu em 2013. Desde o início, as atividades de formação incorporaram o tema do desenvolvimento sustentável. A visão de sustentabilidade expressa no site da organização busca não reduzir o conceito à temática ambiental e afirma a necessidade de integrar as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade à dimensão político-institucional:

A “sustentabilidade” surgiu como um conceito há cerca de 40 anos, a partir do entendimento sobre um descompasso na relação entre o homem e o ambiente em que vive. Até hoje, quando se fala sobre o assunto, há uma associação quase imediata à temática ambiental.

A RAPS entende que é preciso ir além dessa simplificação e que tratar o assunto demanda uma visão sistêmica e integradora, que vem sendo amadurecida no debate nacional e internacional nas últimas décadas. Além disso, entende que a busca pelo desenvolvimento sustentável depende não somente da integração das dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade, mas também de uma quarta dimensão – a político-institucional, sobre a qual pouco se fala.

A *política* deve servir ao bem comum e a ela *cabe equalizar as forças e contradições entre as dimensões anteriores* com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da sociedade sem ignorar a necessidade da conservação dos recursos naturais. A *governança ética*, aqui entendida como “sustentabilidade institucional”, *implica na difusão da visão de uma*

democracia baseada nos princípios do “bom governo” e exige, no plano político, tanto reformas políticas quanto mudanças culturais. Essas reformas começam pela ressocialização da classe política e a formação de lideranças com o objetivo de fortalecer e empoderar a sociedade civil, a fim de modificar a produção e gestão de políticas públicas, de modo que essas possam, ao mesmo tempo: (i) evitar que o crescimento econômico beneficie apenas uma minoria e (ii) fomentar o aumento da eficiência ecológica – reduzindo as perdas ambientais potencialmente importantes. (RAPS, O que significa sustentabilidade na política, grifos meus)

A partir do acúmulo das discussões sobre sustentabilidade, algumas publicações foram elaboradas. Uma das iniciativas veio do grupo de trabalho São Paulo, que criou uma Plataforma de Sustentabilidade para São Paulo, durante as eleições municipais de 2016. Outra iniciativa foi a publicação, em 2017, de dois documentos intitulados “Mapa do Caminho Rumo à Sustentabilidade”, um deles com uma discussão sobre o conceito de sustentabilidade e referências de agendas nacionais e internacionais. O outro, busca construir uma visão de futuro em diversos eixos temáticos: ética e governança; mudanças climáticas; biodiversidade e uso de recursos naturais; educação e cidadania; economia para a sustentabilidade; e cidades sustentáveis. Para todos os eixos foram elaboradas propostas de princípios para debate e propostas de ações. No ano de 2018, foi também promovido o curso “Um Brasil Sustentável”, por meio de aulas registradas em vídeo com diversos especialistas, em temas considerados estratégicos para o assunto no país⁴³.

A RAPS conta com 558 lideranças em todo o Brasil e teve 37 lideranças eleitas por diversos partidos nas eleições de 2018, entre deputados federais, deputados estaduais, senadores e governadores, conforme tabela abaixo.⁴⁴

Quadro 9: Líderes RAPS eleitos em 2018

Nome	Cargo	Partido / UF
Alessandro Molon	Deputado Federal	PSB / RJ
Alysson Bezerra	Deputado Estadual	SD / RN
Arnaldo Jardim	Deputado Federal	PPS / SP
Chió	Deputado Estadual	REDE / PB
Doorgal	Deputado Estadual	PATRI / MG

⁴³ Os temas das aulas foram: mudanças climáticas, saneamento básico, combate à corrupção, reforma fiscal, respeito à pluralidade, cidades sustentáveis, reforma política, educação básica e superior e redução da desigualdade. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/curso-um-brasil-sustentavel/>>. Último acesso em: 24 de fev. 2019).

⁴⁴ De acordo com o site da organização, os 37 representantes eleitos receberam cerca de 26 milhões de votos. Disponível em: <www.raps.org.br>. Último acesso em: 24 de fev. 2019.

Duarte Jr.	Deputado Estadual	PC do B / MA
Eduardo Costa	Deputado Federal	PTB / PA
Eduardo Leite	Governador	PSDB / RS
Fabio Ostermann	Deputado Estadual	NOVO / RS
Francisco Jr.	Deputado Federal	PSD / GO
Franco Catarfina	Deputado Federal	PHS / MG
Goura	Deputado Estadual	PDT / PR
Joana Darc Protetora dos Animais	Deputada Estadual	PR / AM
João Campos	Deputado Federal	PSB / PE
Kelps	Deputado Estadual	SD / RN
Leandre	Deputado Federal	PL / PR
Mara Gabrilli	Senadora	PSDB / SP
Marcelo Calero	Deputado Federal	PPS / RJ
Maria Victoria	Deputada Estadual	PP / PR
Marina Helou	Deputada Estadual	REDE / SP
Monica da Bancada Ativista	Deputada Estadual	PSOL / SP
Paulinha	Deputada Estadual	PDT / SC
Pedro Cunha Lima	Deputado Federal	PSDB / PB
Priscila Krause	Deputada Estadual	DEM / PE
Professor Luiz Flavio Gomes	Deputado Federal	PSB / SP
Randolfe	Senador	REDE / AP
Reinaldo Alguz	Deputado Estadual	PV / SP
Renan Ferreirinha	Deputado Estadual	PSB / RJ
Renato Casagrande	Governador	PSB / ES
Ricardo Mellão	Deputado Estadual	NOVO / SP
Rodrigo Agostinho	Deputado Federal	PSB / SP
Rodrigo Coelho	Deputado Federal	PSB / SC
Rodrigo Cunha	Senador	PSDB / AL
Tábata Amaral	Deputado Federal	PDT / SP
Tadeu Alencar	Deputado Federal	PSB / PE
Tiago Mitraud	Deputado Federal	NOVO / MG
Victor Port	Deputado Federal	NOVO / SP

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de RAPS⁴⁵.

Com a criação da RAPS, o grupo de atores empresariais estudado foi capaz de reunir recursos financeiros para uma estrutura de mobilização de lideranças de todo o território nacional. A captação de recursos neste caso, diferente de

⁴⁵ Consulta a <https://www.raps.org.br/candidatos-eleitos/>, realizada em 24 fev. 2019.

organizações anteriormente analisadas, como Ethos, Akatu e ISPS, não se deu com empresas, mas com pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos. O grupo também demonstrou mais uma vez habilidade social ao envolver lideranças políticas de diversos partidos, com diferentes matrizes ideológicas, em torno de uma agenda comum de formação política e diálogo democrático.

A agenda da sustentabilidade, neste caso, é mais uma vez utilizada para buscar oferecer aos diferentes atores envolvidos uma identidade comum. Ela é definida de forma bastante abrangente e, ao se colocarem diferentes dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, econômica e política – sem que sejam definidas propostas claras de políticas públicas, a sustentabilidade é mais relacionada a uma agenda pelo bem comum, no campo dos valores.

Quadro 10: Eventos que marcam a trajetória da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à pergunta “como se constrói o envolvimento de atores empresariais com a agenda da sustentabilidade?”, passamos pelo reconhecimento de diferentes organizações e pela forma como a agenda da sustentabilidade se manifesta, permeada por relações de cooperação e conflitos.

A teoria de campos, de Neil Fligstein, e sua visão de habilidade social como ação estratégica, contribuiu para o entendimento de como o grupo de atores empresariais estudado provocou a cooperação de diferentes setores sociais, criando identidades comuns em torno da agenda da sustentabilidade. Essa agenda recebeu diferentes contornos, a depender do contexto e atores envolvidos.

No contexto da responsabilidade social corporativa, impulsionado pela atuação do Instituto Ethos, a habilidade social dos atores estudados permitiu o envolvimento de empresas com a agenda da sustentabilidade principalmente por meio de ações voltadas para a autorregulação. As empresas tendem a ver a sustentabilidade na perspectiva da ecoeficiência, sem que entre em conflito com a perspectiva do lucro. Ao contrário, sendo instrumento de ampliação da legitimidade e redução de custos. Essa visão apresenta clara limitação para os desafios da sustentabilidade colocados, especialmente no cenário de mudanças climáticas.

Ao assumirem o compromisso de colocar o desenvolvimento sustentável como um projeto político para o país, os atores empresariais estudados passaram a ampliar seu campo de influência para além das empresas. Reconheceram as limitações da autorregulação como estratégia para atingir os objetivos deste projeto e, assim, passaram a atuar de forma mais direta na esfera política. Por meio do Instituto Ethos propõem ainda uma agenda de políticas públicas com foco no fomento à economia verde. Pela ação do Instituto Akatu se amplia a mobilização de atores, tendo entre seus públicos prioritários jovens estudantes. A incidência da agenda sobre políticas públicas se atém a propostas relacionadas ao sistema educacional, visando inserir a educação para o consumo no currículo escolar.

Com a criação do Instituto São Paulo Sustentável, dois principais setores passaram a ser mobilizados: empresas e ONGs. A agenda comum capaz de mobilizar estes setores foi o controle social sobre políticas públicas municipais. A sustentabilidade era vista como melhoria da qualidade de vida em diversos eixos de políticas públicas, incluindo saúde e educação, para além da agenda de economia e

meio ambiente. Uma importante conquista foi a aprovação de mudanças na Lei Orgânica do Município, passando a obrigar o prefeito eleito a apresentar um Plano de Metas.

Quando os atores empresariais decidiram expandir a atuação para políticas nacionais, houve uma aproximação com atores históricos do movimento socioambiental, em especial membros de ONGs e pessoas recém-saídas da gestão do Ministério do Meio Ambiente. Desse encontro, fortaleceu-se uma visão de sustentabilidade socioambiental, que questionava de maneira direta o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, pautado em um crescimento predatório.

Neste contexto, surgiu a oportunidade da participação política eleitoral de parte do grupo. A presença nas eleições ampliou ainda mais o campo de ações, envolvendo a interlocução com partidos políticos e a extensão da mobilização social para a campanha nacional. A ideia de construção de um projeto político nacional esteve presente desde as primeiras ações do grupo de atores empresariais estudado, no Pensamento Nacional das Bases Empresariais, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Neste momento, a principal agenda de mobilização desenvolvia-se em torno da ideia de um pacto social. Não é demais ressaltar que este momento constituiu um marco no trânsito da participação empresarial, que indo além da discussão de interesses meramente corporativos, como se observava na FIESP, passava a abranger problemas estruturais da sociedade como um todo. Em 2009, a discussão de um novo projeto nacional passa a se organizar a partir da ideia do desenvolvimento sustentável.

Apesar do esforço despendido na sistematização de propostas para o desenvolvimento sustentável do país, o jogo de forças nacionais não permitiu que essa agenda fosse capaz de avançar no plano das políticas públicas. Após as eleições de 2010, conflitos dentro do partido verde levaram a uma desfiliação coletiva e a adoção de duas vias diferentes pelo grupo que havia se reunido em torno da candidatura de Marina Silva e Guilherme Leal à presidência e vice-presidência da República. Parte dele conduziu a criação de um novo partido político, a Rede Sustentabilidade (REDE), e os atores empresariais estudados decidiram pela criação de uma organização pluripartidária, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).

A criação de uma organização pluripartidária com foco em formação e apoio a novas lideranças encontrou mais uma vez na agenda da sustentabilidade os

parâmetros para diálogo e ação coletiva, gerando, no plano da representação, a identidade dos conceitos envolvidos. A sustentabilidade, transposta de maneira ampla nesse contexto, passa a ser abordada em várias dimensões: econômica, social, ambiental e política. Tal abordagem permite a reunião de atores com visões ideológicas muito diversas e evita discordâncias. A ação da RAPS sustenta portanto inicialmente a criação de uma base política identificada por valores comuns. A construção de uma agenda ampla, durante o período analisado, tem como objetivo influenciar a visão e o programa dos candidatos a ela ligados nas eleições.

Quadro 11: Propostas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável feitas organizações analisadas

Fonte: Elaboração própria

Desta forma, uma visão ampla do conceito de sustentabilidade – que reuniu as dimensões: econômica, social, ambiental e política – permitiu ao grupo de atores empresariais estudado induzirem a cooperação de diferentes setores. Em um primeiro momento atuaram entre membros do próprio campo empresarial, e, a seguir, em outros campos, compreendendo estudantes, ONGs e lideranças políticas.

As diferentes organizações analisadas avançaram na formulação de diversas frentes de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que não chegaram a convergir em um mesmo projeto, e encontraram limites para a concretização das diferentes propostas.

Ao analisar o envolvimento de um grupo de atores empresariais na agenda da sustentabilidade, este estudo buscou contribuir para melhor compreensão dos campos estratégicos onde se dão ações que constroem relações e disputas entre as diferentes visões de desenvolvimento para o País. A utilização da teoria de campos de Neil Fligstein tem muito a oferecer para aqueles que se dedicam a estudos de fenômenos políticos e sociais. Há muito a aprofundar sobre a relação de atores empresariais com as políticas públicas, em especial no que toca aos desafios colocados pela agenda da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS⁴⁶

ABRAMOVAY, R. “A economia circular chega ao Brasil”. “Valor econômico”, 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/a-economia-circular-chega-ao-brasil/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ABRAMOVAY, R. “Ambientalismo empresarial”. “Le Monde Diplomatique”, 06 out. 2007. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/ambientalismo-empresarial/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ABRAMOVAY, R. “A sustentabilidade está na moda”. “Revista Página 22”, 03 abr. 2018. Disponível em: <<http://pagina22.com.br/2018/04/03/sustentabilidade-esta-na-moda/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ABRAMOVAY, R; SPERANZA, J. S.; PETITGAND, C. “Lixo zero: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera”. São Paulo: Planeta sustentável: Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Residuos-Lixo-Zero.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ABRAMOVAY, R. “Muito além da economia verde”. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ABRAMOVAY, R. O elefante na sala da diretoria. “Valor econômico”, 02 mai. 2017. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/o-elefante-na-sala-da-diretoria/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ALMEIDA, L. T. “Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações”. Estudos Avançados 26 (74), 2012.

ALONSO, A.; COSTA, V. “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS. No. 53, pp.35-78, 2002.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. “Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro”. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 151-167, 2007.

BALDI, M.; FALCÃO, M. M. “Calçado do vale: imersão social e redes interorganizacionais”. Revista de Administração de empresas. São Paulo: EAESP-FGV, v.46, n. 3, 2006.

BIANCHI, A. “Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais”. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 16 p.

46 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

123-142, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3589/2846>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BIERWAGEN, M. Y. “A ideologização do consumo consciente: soberania do consumidor e liberdade de escolha no caso do Instituto Akatu”. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 2016.

BORDIEU, Pierre. “O campo econômico”. Política & Sociedade, v. 6, n. 6, p. 15-58, 2005.

BURSZTYN, M. A. “Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável”. Rio de Janeiro: Garamond, p. 31-64 [cap1.], 2012.

CAVALCANTI, C. “Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico econômica”. Estudos avançados. vol. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CASTELLS, M. “O poder da identidade”. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBDES. “Iniciativa Empresarial em Clima”. Disponível em: <https://cebds.org/projetos/iniciativa-empresariais-em-clima-iec/>. Acesso em: 04 mar. 2019

CEBDES. “Quem somos”. Disponível em: <<https://cebds.org/quem-somos/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

CEDIN. “Pacto global da ONU: o mundo dos negócios e as nações unidas”. 05 mai. 2017. Disponível em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/pacto-global-da-onu-o-mundo-dos-negocios-e-as-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

CÉSAR, M. C. “Marina: a vida por uma causa”. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

CONEXÕES SUSTENTÁVEIS SÃO PAULO – AMAZÔNIA. “O que é”. Disponível em: <<https://conexoes.reporterbrasil.org.br/indexba53.html>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

DIAS, S. L. F. G.; TEODÓSIO, A. D. S. S. “Perspectivas de análise do ambientalismo empresarial para além de demonizações e santificações”. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 5, n. 2, art. 1, p. 3-17, 2011.

DIEGUES, A. C. “O mito moderno da natureza intocada”. 6ª ed. Ampliada. São Paulo : Hucitec : Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. “A gaiola de ferro revisitada”. RAE, Revista de Administração de empresas. São Paulo: EAESP-FGV, 2005.

DOWBOR, L. “Entender a Rio+20: balanços e compromissos”. 03 set. 2012b. Disponível em: <<http://dowbor.org/2012/05/8972.html/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

DOWBOR, L. “Abramovay, Giannetti e Dowbor discutem otimismo de Muito Além da Economia Verde”, agosto, 2012, 3p. Ago. 2012a. Disponível em: <<http://dowbor.org/2012/08/abramovay-giannetti-e-dowbor-discutem-otimismo-de-muito-alem-da-economia-verde-agosto-2012.html/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

DOWBOR, L. “Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável – Instituto Ethos”, fevereiro, 2011, 19p. Disponível em: <<http://dowbor.org/2011/02/plataforma-por-uma-economia-inclusiva-verde-e-responsavel-19p-fev-2011-2.html/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. “*A new textiles economy: Redesigning fashion’s future*”, 2017. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/publications/a-new-textiles-economy-redesigning-fashions-future>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

ETHOS. “Carta aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas”, 2009. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/carta-aberta-ao-brasil-sobre-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Como o Instituto Ethos contribui para o diálogo intersetorial”, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2018/09/ethos20anos-fasciculo3-dialogosintersetoriais-spread-1.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Como o Instituto Ethos contribui para o fortalecimento da sociedade”, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2018/09/ethos20anos-fasciculo4-fortalecimentodasociedade-spread-1.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Como o Instituto Ethos contribui para políticas públicas”, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2018/09/ethos20anos-fasciculo2-politicaspublicas-spread-1.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Como o Instituto Ethos contribui para práticas empresariais”, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2018/09/ethos20anos-fasciculo1-praticasempresariais-spread-1.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Em defesa do desenvolvimento sustentável”, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articlece10.html>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Estatuto Social”, nov., de 2016. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Estatuto-Ethos-2017.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Estatuto Social”, abr. de 2017. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Estatuto-Ethos-17.04.2017.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “O Compromisso das Empresas com o Meio Ambiente – A agenda Ambiental das Empresas e a Sustentabilidade da Economia Florestal”. mai. 2005. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2005/09/meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “O papel da empresa socialmente responsável em uma sociedade sustentável”. Publicação especial do Instituto Ethos sobre a Conferência Internacional 2006 — empresas e responsabilidade social, realizada entre os dias 19 e 22 de junho de 2006, no hotel transamérica, São Paulo/SP. Agosto, 2006.

ETHOS. “O que as empresas podem fazer pela educação”. nov, 1999. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/31.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “O que as empresas podem fazer pela pobreza”. Ago., 2003. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/22.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável”. fev. 2011. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/plataforma-por-uma-economia-inclusiva-verde-e-responsavel/>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Política nacional de resíduos sólidos: desafios e oportunidades para as empresas”. ago. 2012. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Publicação-Residuos-Solidos_Desafios-e-Oportunidades_Web_30Ago12.pdf>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Práticas e perspectivas de responsabilidade social empresarial no Brasil 2008”. jul., 2009. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/1Sumário-da-Pesquisa-Relatório-publicado.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

ETHOS. “Responsabilidade social nas empresas - primeiros passos”. set. 1998. Disponível em: https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2015/02/PrimeirosPassos_Completo.pdf. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

FASE. “Fórum Amazônia Sustentável: porque a FASE não vai?” 07 nov. 2007. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/forum-amazonia-sustentavel-porque-a-fase-nao-vai/>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

FIABANE, D. F. “Controle social: um novo frame nos movimentos sociais”. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional. São Paulo. EAESP/FGV, 2011.

FGVces. “A sustentabilidade como estratégia”. 14 de dez. 2018. Disponível em: <http://www.gvces.com.br/a-sustentabilidade-como-estrategia>. Acesso em: 04 mar. 2019.

FGV CPDOC. Pensamento Nacional Das Bases Empresariais (PNBE). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pensamento-nacional-das-bases-empresariais-pnbe>. Acesso em: 04 mar. 2019.

FLIGSTEIN, N. “Habilidade social e a teoria dos campos”. In: MARTES, A.C.B. Redes e Sociologia Econômica. São Carlos: EDUFSCAR, p. 69-106, 2007.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. “*A theory of fields*”. Oxford University Press, 2012.

GABEIRA, F. “A ideia de um partido verde no Brasil”, in: PÁDUA, J. A. et al. (orgs), Ecologia e Política no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

GODINHO, R. “Nunca na solidão: ética, sustentabilidade e o surgimento da nova política na biografia de Ricardo Young”, São Paulo: Uno, 2014.

GODINHO, R. “Para sonhar com política”, 1 ed. São Paulo: Matrix, 2017.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. “Capacidades Estatais para o Desenvolvimento no Século XXI”. Boletim de Análise Político-Institucional do Ipea, v. 2, p. 25-30, 2012.

GRAJEW, O. “Cidadania empresarial”. Folha de São Paulo. 04 abr. de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/03/opiniaao/10.html>. Acesso em: 04 mar. 2019.

GRANOVETER, M. "Ação social e estrutura social: o problema da imersão". RAE eletrônica, v. 6, n. 1 art. 9, 2007.

GRANOVETER, M. "The Strength of weak ties". American Journal of Sociology. Vo. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HOFFMAN, A. J. "Integrating environmental and social issues into corporate practice". Environment, 42 (5): 22-33, 2000.

IDS. "Plataforma brasil democrático e sustentável", 2014. Disponível em: <<http://www.idsbrasil.org/propostas/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

IDS. "Documento de planejamento", São Paulo, 2010.

ISPS. Ata de Constituição. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/ata-atualizada.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

ISPS. Estatuto Social. Disponível em: <https://nossasaopaulo.org.br/sites/default/files/arquivos/estatuto.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

KEINERT, T. M. M. "Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92)", 1994.

KINGDON, J. W. "Agendas, alternatives, and public policies". New York: Longman, 1995.

LEROY, P. J. "Resposta convite FAS ok", 2007. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/forum-amazonia-sustentavel-porque-a-fase-nao-vai/resposta-convite-fas-ok/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

MACHADO, R. A. *O desenvolvimento do Instituto Ethos e o campo da responsabilidade social empresarial no Brasil*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281651/1/Machado_Raphael_Amorim_M.pdf>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

MAGALHÃES, R. "Habilidade social e o mercado de leite". RAE - Revista de Administração de empresas. São Pauo: EAESP-FGV, v. 47, 2007.

MANIFESTO DO PARTIDO VERDE. Lua Nova, São Paulo , v. 3, n. 4, p. 65-66, 1987. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 fev. 2019.

MANSUR, V. “As intensões do ambientalismo de mercado na Rio+20”. Brasil de Fato. 01 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/8923/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MARTINS, Humberto Falcão. Publicado em Motta, Fernando C. Prestes & Caldas, Miguel P., Cultura Organizacional e Cultura Brasileira, Atlas, 1997.

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

MOVIMENTO BRASIL COM S. “O Brasil que queremos”. Carta apresentada na reunião de consulta “O Brasil que queremos”. São Paulo, 1-2 jun. 2009.

MOVIMENTO BRASIL COM S. “Ata de reunião”, 30 jul. 2009.

NOSSO FUTURO COMUM, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

NUNES, E. O. “A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático”. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ONU-BR. “Sustentabilidade é bom para os negócios, indica setor privado na COP 24”. 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/sustentabilidade-e-bom-para-os-negocios-indica-setor-privado-na-cop-24/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

OSBORNE, S. P. “*The new public governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*”. In: Osborne, Stephen P (edt). *The New Public Governance: emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. London: Routledge, 2010.

PACHECO, R. S. “Capacidade institucional do Estado brasileiro e o novo desenvolvimento: desafios atuais”, texto preparado para o 10º Fórum de Economia da FGV; São Paulo, 2013.

PÁDUA, J. A. *O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos*, in LEIS, H. (org.), *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

PNBE. Histórico. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br/historico.html>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PEREIRA, J. A. G. “Radar Rio+20 - Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”. São Paulo: GVCes, 2011.

PEREIRA, M. B. “A Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis”. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/ArtigoRedeCidades.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PINHEIRO, M. M. S. “Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde: uma proposta de análise conceitual”. Desenvolvimento sustentável, economia verde e a Rio+20: relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2012.

POMAR, Wladimir. Empresários no PT. “Teoria e debate”. Fundação Perseu Abramo. 01 jun. 1995. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1995/06/01/empresarios-no-pt/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PREVIATO, A.; CAMPOS, M. V. “Raps: uma rede de lideranças políticas para um Brasil sustentável”. Revista Interesse Nacional, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4761/2018_previato_raps_rede_lideranca.pdf>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “Ação política e sustentabilidade – Diagnóstico dos municípios RAPS, nas áreas de educação, mobilidade, saneamento básico, mudanças climáticas, resíduos sólidos e plano diretor”, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/programas-municipais/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “Democracia e governança política rumo a uma sociedade sustentável”, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/governanca-e-democracia-politica-rumo-a-transicao-para-uma-sociedade-sustentavel/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

RAPS. “Empreendendo cidades e territórios sustentáveis”, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/empreendendo-cidades-e-territorios-sustentaveis/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “Mapa do caminho rumo à sustentabilidade – sustentabilidade em debate, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/mapa-do-caminho-sustentabilidade-em-debate/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “Mapa do caminho rumo à sustentabilidade – visão de futuro”, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/mapa-do-caminho-visao-de-futuro/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “Plataforma de sustentabilidade para São Paulo”, 2017. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/biblioteca/plataforma-de-sustentabilidade-para-sao-paulo/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RAPS. “O que significa sustentabilidade na política”. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/o-que-significa-sustentabilidade-na-politica/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

RAPS. “Quem somos”. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

RONEY, D. “Candidatos a prefeito recebem propostas para São Paulo”. *G1*. 21 jul. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Eleicoes2008/0,,MUL654291-15693,00-CANDIDATOS+A+PREFEITO+RECEBEM+PROPOSTAS+PARA+SAO+PAULO.html>>. Último acesso em: 04 de mar. 2019.

SACHS, I. “Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. “A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento”. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. “Políticas Públicas – Coletânea”, Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

SIRKIS, A. *O efeito Marina: bastidores da campanha que mudou o rumo das eleições*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2011.

SOS MATA ATLÂNTICA. Código ambiental ruralista. 27 out. 2009. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/1276/codigo-ambiental-ruralista/>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

THUSWOLHL, Maurício. “Marina Silva pede demissão do Ministério do Meio Ambiente”. *Carta Maior*. 13 de mai. 2008. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Marina-Silva-pede-demissao-do-Ministerio-do-Meio-Ambiente/3/14190>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

TREVISAN, A. M. (et al). “Empresários se dizem contra o atual modelo econômico e apoiam Lula”. *Folha de São Paulo*. 29 jul. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u35178.shtml>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

UNEP. *Global Green New Deal*, 2009. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/rest/bitstreams/11748/retrieve>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

UNMÜBIG, B; FUHR, L; FATHEUER, T. *Crítica à economia verde*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, J. E. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora Senac, 2010a.

VIOLA, E. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, n. 3, 1987.

VIOLA, E.; BOEIRA, S. *A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80*. In: Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira. Brasília: Ibama, 1990.

VEIGA, J. E. "O maior dilema contemporâneo". Folha de São Paulo, 16 jun. 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49151-o-maior-dilema-contemporaneo.shtml>>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

WILDHAGEN, R. O.; TEODÓSIO, A. S. S.; MANSUR, Y. S.; POLANCO, J. A. Novas fronteiras teóricas para a responsabilidade social empresarial: o papel das empresas no desenvolvimento sustentável dos territórios. Revista de Gestão Social e Ambiental. São Paulo, v. 9, n. 3, p. 3-23, 2015.

Entrevistas realizadas pela autora:

Entrevistado 1, em 14 nov. 2018.

Entrevistado 2, em 22 nov. 2018.

Entrevistado 3, em 26 nov. 2018.

Entrevistado 4, em 28 nov. 2018.

Entrevistado 5, em 03 dez. 2018.

Entrevistado 6, em 06 dez. 2018.